


Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCI • Nº 78

Poder Legislativo

Recife, quinta-feira, 8 de maio de 2014

Falhas no Metrô do Recife questionadas em Plenário

A realização de uma audiência pública sobre o assunto foi proposta

Protesto de usuários do Metrô do Recife, na manhã de ontem, devido à falha no ramal Camaragibe, motivou o pronunciamento da deputada Terezinha Nunes (PSDB). A parlamentar questionou os vários problemas que vêm acontecendo na Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) na Região Metropolitana do Recife (RMR) e sugeriu a realização de uma audiência pública na Assembleia Legislativa para debater a situação. “Foi um grande tumulto, os passageiros interditaram avenida, atearam fogo em pneus, depredaram ônibus e o Batalhão de Choque interveio com balas de borracha”, disse.

De acordo com a tucana, o problema foi provocado por uma pane em um cabo de alimentação entre as estações Cosme e Damião e



ROBERTO SOARES

PROTESTO - Terezinha Nunes comentou a manifestação dos usuários em Camaragibe

Rodoviária ocorrida na tarde de terça-feira (6). “Mais de 50 mil usuários foram

afetados”, observou, acrescentando que a falha tirou de operação quatro dos oito

trens do ramal. “Com isso, o intervalo para o embarque nas plataformas das esta-

ções Camaragibe, Cosme e Damião, Rodoviária (TIP), Curado e Alto do Céu, aumentou de 10 para 25 minutos”, informou.

Na manhã de ontem, usuários revoltados iniciaram uma manifestação na Estação Camaragibe e depois na Avenida Belmiro Correia (PE-05). A situação ficou tensa e foram jogadas pedras em ônibus. Policiais do 20º Batalhão de Polícia Militar e do Batalhão de Choque dispararam balas de borracha e bombas de efeito moral. Duas pessoas ficaram feridas.

Os passageiros que tinham como destino o Centro do Recife foram obrigados a embarcar em coletivos no Terminal Integrado de Camaragibe ou usar outros meios de transporte. “Não podemos admitir que essa situação continue aconte-

tecendo”, registrou Terezinha, informando que o Metrô do Recife atende diariamente cerca de 350 mil pessoas.

Em apartes, os deputados Alberto Feitosa (PR), Daniel Coelho e Betinho Gomes (PSDB), e Mavíael Cavalcanti (DEM) também se pronunciaram. “Essa situação provoca uma série de consequências na vida dos que utilizam o transporte”, comentou Feitosa. “As mulheres também reclamam dos abusos cometidos por alguns homens nos vagões superlotados”, destacou Coelho.

“É preciso expandir o metrô para diminuir o caos nas estações”, comentou Gomes. Mavíael defendeu uma reforma política “para que os cargos das empresas públicas sejam ocupados por técnicos e não indicação política”.

Turismo

Restrição de veículos a Porto de Galinhas é destacada

Dando sequência ao projeto de mobilidade de Porto de Galinhas, a Prefeitura do Ipojuca, Região Metropolitana, restringiu o trânsito de veículos fretados para transporte de passageiros no balneário. A decisão, tomada via decreto municipal, foi elogiada na tarde de ontem, pelo deputado Alberto Feitosa (PR).

“O prefeito do Ipojuca, Carlos Santana (PSDB),

com muita coragem e compromisso, adotou uma medida que parece antipática, mas correta e importante para a administração do município”, ressaltou.

Segundo Feitosa, o decreto – que passou a valer em 1º de maio – restringe o acesso de vans, ônibus e micro-ônibus, além de caminhões, carretas e caçambas. Para conseguir uma liberação, é obrigatório solicitar

autorização expedida pela Secretaria de Turismo e Cultura do município.

De acordo com o parlamentar, haverá uma zona de restrição para os veículos não autorizados previamente. Ele informou ainda que existirão dois pontos de bloqueio e que a decisão atende às solicitações dos próprios moradores do balneário. “A partir de agora, apenas 16 ônibus fretados, previamente

autorizados, terão acesso a Porto de Galinhas. Haverá também um local fixo para desembarque e embarque de passageiros”, informou.

Feitosa comentou que esteve em Porto de Galinhas, no último final de semana, e conversou com comerciantes. “Frequentemente dois restaurantes e os garçons elogiaram bastante a medida, dizendo não temer a redução no número de pessoas”, argumentou.



ROBERTO SOARES

PRAIA - Feitosa disse que conversou com comerciantes

Medidas para coibir violência nos estádios de futebol

Projeto sobre Programa Paz nos Estádios começou a tramitar

Começou a ser apreciado pela Assembleia Legislativa um dos projetos anunciados no início da semana para tentar reduzir a violência nos estádios de futebol de Pernambuco. O projeto nº 1985/2014, que institui o Programa Paz nos Estádios, está sob análise da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, desde ontem.

A proposta havia sido anunciada em Plenário na última segunda-feira pelo deputado Betinho Gomes (PSDB), durante pronunciamento suscitado pelo recente aumento da violência entre torcidas organizadas. O caso teve seu ápice com o assassinato de Paulo Ricardo Go-

mes da Silva, 26 anos, atingido por um vaso sanitário arremessado da arquibancada do Estádio do Arruda, no Recife, na última sexta-feira (2), depois do jogo entre Santa Cruz e Paraná, pela Série B do Campeonato Brasileiro. Um suspeito está preso.

A matéria adota medidas de controle social, de caráter preventivo disciplinar, formativo e educativo, na pacificação dos conflitos praticados pelo torcedor e pela torcida organizada nos estádios. Também estabelece normas para a rede pública de ensino, visando ao desenvolvimento da cultura de paz.

“A discussão é fruto de toda essa polêmica de vio-

lência nos estádios, que vem sendo discutida pela sociedade pernambucana. O programa visa articular todos os setores que busquem os mecanismos para garantir uma cultura de paz”, explicou o presidente da comissão, deputado Clodoaldo Magalhães (PSB). O projeto será relatado pela deputada Terezinha Nunes (PSDB).

O colegiado distribuiu mais 12 projetos e aprovou outros cinco, além de três substitutivos, entre eles o 01/2014, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao projeto de lei nº 1701/2013, do deputado Sérgio Leite (PT). O texto torna obrigatória a instalação de passa-fauna em

rodovias estaduais intermunicipais, onde haja corredores ecológicos e unidades de conservação, para evitar o atropelamento de animais. Passa-fauna é um tipo de passagem subterrânea feita com tubulação de concreto.

Clodoaldo Magalhães também destacou a aprovação do projeto nº 1933/2014, de autoria do Poder Executivo, que modifica as Leis 10.489/1990 e 14.924/2013, definindo novos critérios de distribuição da parte do ICMS aos municípios. “A redefinição de ajustes é para compensar perdas de alguns municípios pequenos, que estavam sendo prejudicados com a partilha”, informou.

RINALDO MARQUES



FINANÇAS - Proposta havia sido anunciada em Plenário. Colegiado distribuiu mais 12 projetos e aprovou outros cinco

Cultura

Administração aprova criação de Conselho Consultivo de Audiovisual

A criação do Conselho Consultivo de Audiovisual em Pernambuco foi aprovada, na manhã de ontem, pela Comissão de Administração Pública da Casa Joaquim Nabuco. A proposta é de autoria do Poder Executivo.

O projeto nº 1936/2014 foi construído conjuntamente por representantes do segmento em Pernambuco. Entre eles, Secretaria de Cultura do Estado, Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) e Secretaria de Ciência e Tecnologia.

A matéria tem como objetivo apresentar definições e conceitos para ampliar o desenvolvimento audiovisual em Pernambuco. De acordo com a norma, a cria-



COMISSÃO - Projeto foi elaborado em parceria com representantes do segmento

ção do conselho assegura a democracia e transparência no setor, auxiliando o desenvolvimento cultural e o incentivo ao cinema. A proposição visa ainda promover, apoiar e estimular recursos para todo setor audiovisual do Estado.

O vice-presidente da Comissão de Administração Pública, Mavial Cavalcanti (DEM), que presidiu a reunião, também destacou o projeto nº 1977/2014, de autoria do Poder Judiciário. A matéria estabelece um bônus de

desempenho destinado aos servidores do setor. “A iniciativa visa acelerar a atuação do Poder Judiciário, contribuindo para um serviço mais rápido e eficiente”, frisou. O colegiado ainda distribuiu 20 matérias e aprovou outras dez.

JOÃO BITA

Reivindicações

Policiais federais fazem mobilização por melhorias no trabalho

ROBERTO SOARES



APOIO - Antônio Moraes

A mobilização dos policiais federais, realizada na manhã de ontem, mereceu registro do deputado Antônio Moraes (PSDB) no Plenário. A passeata percorreu as ruas do Recife e fez parada em frente a Assembleia Legislativa de Pernambuco.

“Apesar de faltarem poucos dias para o início da Copa do Mundo e da importância estratégica da corporação para a garantia da segurança do evento, não se estabeleceu até o momento nenhuma linha de diálogo entre os policiais e o Governo Federal”, ressaltou, acrescentando que a categoria merece maior reconhecimento.

Antônio Moraes informou ainda que articula, em conjunto com o deputado Betinho Gomes (PSDB), a formalização de um apelo por carta à Administração Federal para que se empenhe no estabelecimento de canais de conversação

com a categoria, para se chegar em um acordo.

Segundo o parlamentar, o relato dos profissionais da Polícia Federal é de que há uma carência de recursos até para garantir o perfeito funcionamento de viaturas e falta até dinheiro para combustível. Além dos problemas de infraestrutura, a lista de reivindicações também contempla o reajuste de salários da categoria.

Saúde

Empresa pública será administradora do hospital de Petrolina

ROBERTO SOARES



CONCURSOS - Amorim

O deputado Odacy Amorim (PT) afirmou ontem que a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares vai gerenciar o Hospital de Urgências e Traumas de Petrolina, no Sertão. A unidade médica faz parte da Universidade do Vale do São Francisco (Univasf). Segundo o parlamentar, a empresa foi criada pelo Governo Federal para administrar hospitais universitários.

O petista elogiou a iniciativa. “Acredito que o novo modelo de administração a ser implantado no hospital irá beneficiar a todos. A unidade de saúde já publicou edital para realização de concurso público para mais de 700 vagas, em vários cargos, para compor o seu quadro de pessoal”, informou.

Odacy Amorim também elogiou a lista dos 23 joga-

dores convocados pela Seleção Brasileira para a Copa do Mundo de 2014. “Estou orgulhoso pela convocação do jogador Daniel Alves, natural da região do Vale do São Francisco”, destacou. O parlamentar ressaltou que está na torcida para que o Brasil seja vitorioso no campeonato.

Unale defende reforma política e independência do Legislativo

Conferência dos legisladores foi aberta ontem em Brasília

A 18ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (CNLE) foi oficialmente aberta na manhã de ontem, em Brasília. Organizado anualmente pela União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), o evento vai até hoje. Os pronunciamentos iniciais foram marcados pela defesa de uma reforma política no Brasil e da independência do Poder Legislativo.

Representando a presidência da Unale em substituição ao deputado Sérgio Leite (PT/PE), que encontra-se licenciado do cargo em virtude de regras eleitorais, o deputado Raul Carrion (PCdoB/RS) ressaltou que a CNLE é o maior evento parlamentar de todas as Américas. Segundo ele, a conferência é reconhecida por debater todos os grandes temas nacionais. “Assuntos como o pacto federativo, a reforma tributária, a defesa da Amazônia e o fortalecimento do Mercosul sempre estiveram na pauta de debates da Unale”, afirmou Carrion.

Em relação ao atual sistema político do País, o parlamentar criticou a influência



CERIMÔNIA - Autoridades e políticos prestigiaram a abertura do evento, do qual participam parlamentares pernambucanos

crescente do poder econômico no resultado das eleições. “As campanhas estão cada vez mais caras. Segundo estudo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 85% da população brasileira é favorável a uma reforma política e 49% defendem o financiamento exclusivamente público das campanhas”, salientou Carrion.

O presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), defendeu a importância social do Poder Legislativo. De acordo com ele, os parlamentares – sejam eles vereadores, deputados ou senadores –, são a classe política que melhor representa a população.

Na tribuna, o deputado comemorou a aprovação da

Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Orçamento Impositivo. Aprovada na Câmara na terça-feira (6), a PEC obriga o Governo Federal a executar as emendas parlamentares aprovadas pelo Congresso para o Orçamento anual. Essas emendas são os recursos indicados por deputados e senadores para atender a obras e projetos em pe-

quenos municípios. “Essa medida reforça a altivez e a independência do Poder Legislativo e possibilita que os deputados tenham melhores condições de atender aos principais anseios da sociedade”, avaliou o presidente da Câmara.

Também presente à solenidade, o senador Aécio Neves (PSDB/MG) se com-

prometeu em levar para o Congresso Nacional a discussão de temas que contribuam para a continuidade do desenvolvimento do País. “Precisamos fortalecer as instituições democráticas, combater a concentração de renda no âmbito da União e reconstruir a indústria brasileira”, defendeu o senador, que é pré-candidato à Presidência da República.

A reunião de abertura da Unale ainda contou com a presença do governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz; do presidente da Comissão Organizadora da CNLE, deputado distrital Aylton Gomes (PR), do presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, deputado Wasny de Rouse (PT), além de demais autoridades políticas e servidores do Poder Legislativo de todo o País. Também marcaram presença na solenidade os deputados estaduais pernambucanos Guilherme Uchoa (PDT), presidente da Alepe, Diogo Moraes (PSB), Gustavo Negronte (PMDB), Sérgio Leite (PT), Eriberto Medeiros (PTC), Zé Maurício (PP) e Everaldo Cabral (PP).

Movimento em prol de leis estaduais para microempresas

Segundo estimativas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o volume anual de compras públicas governamentais soma um total de R\$ 500 bilhões. Boa parte desse montante é direcionada às pequenas e microempresas. O volume de recursos, no entanto, poderia ser ainda maior se os Estados e municípios regulamentassem suas respectivas leis das micro e pequenas empresas. Esse foi um dos temas debatidos ontem na 18ª Conferência da Unale, realizada em Brasília.

De acordo com Gabriel Ferraz, analista do Sebrae, a Lei-Geral das Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar 123/2006) estabeleceu uma série de



PALESTRA - Gabriel Ferraz, representante do Sebrae

benefícios para os pequenos produtores. Entre outros pontos, a norma possibilita a licitação exclusiva para o segmento nos editais com compras governamentais no valor de até R\$ 80 mil. Para utilizar o instrumento, porém, os

Estados e municípios precisam possuir lei específica para o setor. Se tais exigências fossem cumpridas, segundo ele, o faturamento das micro e pequenas empresas saltaria dos R\$ 12,8 bilhões atuais para R\$ 55,3 bilhões.

“Aproximadamente 4 mil municípios brasileiros já implementaram a lei das micro e pequenas empresas. No entanto, apenas 1.700 deles regulamentaram a medida”, destacou Ferraz. O representante do Sebrae ainda informou que mais da metade das carteiras assinadas do Brasil advém dos pequenos produtores, acrescentando que, nos últimos dez anos, 85% dos novos empregos foram criados pelas micro e pequenas empresas.

O conselheiro do Tribunal de Contas de Minas Gerais Sebastião Helvécio ressaltou que a criação da lei do pequeno e microempresário no âmbito dos Estados e municípios só depende da vontade dos gestores políticos. “Apenas sete Estados

da Federação possuem norma legal específica para o segmento. Podemos injetar R\$ 15 bilhões no setor se conferirmos tal tratamento diferenciado para os pequenos produtores”, reforçou Helvécio.

INVESTIMENTOS – Outra palestra realizada ontem na 18ª Conferência da Unale teve como tema *Agenda de investimentos urgentes para o Brasil*. O professor José Carneiro da Cunha, da Universidade de Brasília, alertou para a necessidade do aumento da geração de energia elétrica, salientando que o Brasil está entre os dez maiores produtores do mundo, mas possui um dos piores índices de consumo per capita de energia.

“As energias eólica e solar não possuem potencial

para fazer com que o Brasil se equipare a países como os Estados Unidos ou Canadá. Apesar dos possíveis danos causados ao meio ambiente, temos que optar entre a criação de novas hidroelétricas com reservatório, termoeletricas ou usinas de energia nuclear”, comentou José Carneiro.

O professor acrescentou que o Brasil só poderá convergir em direção ao nível de desenvolvimento dos países mais ricos do planeta se ampliar os investimentos em demais setores estratégicos, como transportes e telecomunicações. “Temos a quarta maior malha rodoviária do mundo, com quase 1,6 milhão de quilômetros de estradas. Apenas 212 mil quilômetros, no entanto, são asfaltados”, disse.

Leis

LEI Nº 15.284, DE 7 DE MAIO DE 2014.

Denomina de Sindicalista Maria Vanete Almeida, o Prédio Sede do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco no Município de Serra Talhada.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que tendo em vista o disposto nos §§ 6º e 8º do art. 23, da Constituição do Estado, o Poder Legislativo decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado Sindicalista Maria Vanete Almeida o Prédio Sede do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, empreendimento às margens da BR-232, situado na Zona Oeste do Município de Serra Talhada.

Art. 2º Fica facultada à família do homenageado, a doação de busto, monumento ou placa alusiva a ser instalado no acesso ao prédio sede do Corpo de Bombeiro, citado no art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. Os bustos, monumentos ou placas referidos no *caput* deste artigo deverão ser confeccionados de acordo com as especificações e requisitos estabelecidos em Decreto do Poder Executivo, sendo todos os custos arcados com exclusividade pela família do homenageado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 7 de maio do ano de 2014, 198º da Revolução Republicana Constitucionalista e 192º da Independência do Brasil.

GUILHERME UCHÔA
Presidente

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA LEI É DE AUTORIA DO DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR - PTB

LEI Nº 15.285, DE 7 DE MAIO DE 2014.

Denomina de UPA-E a Antônio Cavalcanti Andrade, a Unidade de Pronto Atendimento Especialidades do Município de Carpina.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que tendo em vista o disposto nos §§ 6º e 8º do art. 23, da Constituição do Estado, o Poder Legislativo decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de UPA-E Antônio Cavalcanti Andrade, à Unidade de Pronto Atendimento Especialidades, localizada as margens da BR-408, Km 52, s/nº, Bairro Novo, Município de Carpina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 7 de maio do ano de 2014, 198º da Revolução Republicana Constitucionalista e 192º da Independência do Brasil.

GUILHERME UCHÔA
Presidente

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA LEI É DE AUTORIA DO DEPUTADO ANTÔNIO MORAES - PSDB

LEI Nº 15.286, DE 7 DE MAIO DE 2014.

Denomina de UP AE Cícero Dias, a Unidade de Pronto Atendimento Especialidades - UP AE, no município de Escada.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que tendo em vista o disposto nos §§ 6º e 8º do art. 23, da Constituição do Estado, o Poder Legislativo decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada UP AE Cícero Dias, a Unidade de Pronto Atendimento Especialidades no município de Escada.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 7 de maio do ano de 2014, 198º da Revolução Republicana Constitucionalista e 192º da Independência do Brasil.

GUILHERME UCHÔA
Presidente

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA LEI É DE AUTORIA DO DEPUTADO ALUISIO LESSA - PSB

Atos

ATO Nº. 913/14

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 924051/2014, do Deputado Raimundo Pimentel, **RESOLVE:** exonerar **IRENILDE GUÁLTER BATISTA SAMPAIO**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo PL-SPC, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de maio do corrente ano, nos termos da Lei nº11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03 e 13.185/07 e 15.161/13.

Sala Torres Galvão, 7 de maio de 2014.

Deputado **MARCANTONIO DOURADO**
1º Vice - Presidente

ATO Nº. 914/14

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº855204/2014, do Deputado Isaltino Nascimento, **RESOLVE:** exonerar **THIAGO TEIXEIRA CAVALCANTI MINERVINO**, do cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, nomeando para o referido cargo, **DIOGO TEIXEIRA CAVALCANTI MINERVINO**, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 30% (trinta por cento), nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03 e 13.185/07 e 15.161/13.

Sala Torres Galvão, 7 de maio de 2014.

Deputado **MARCANTONIO DOURADO**
1º Vice - Presidente

ATO Nº 915/14

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 057/2014, do Deputado Eduardo Porto, **RESOLVE:** exonerar a partir do dia 1º de maio do corrente ano, e nomear o servidor do cargo em comissão daquele Gabinete, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº. 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

NOME	CARGO DE EXONERAÇÃO	CARGO DE NOMEAÇÃO	GRAT
CRISTINA MAGNA ALVES MOREIRA ADILSOM CARLOS DE SOUZA FILHO	Assessor Especial/PL-ASC	Assessor Especial/PL-ASC	120%
Sala Torres Galvão, 7 de maio de 2014.			
Deputado MARCANTONIO DOURADO 1º Vice - Presidente			

Ordem do Dia

Quadrágésima Oitava Reunião Ordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da Décima Sétima Legislatura, realizada em 08 de maio de 2014, às 10:00 horas.

Ordem do Dia

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 6131/2014
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1960/2014, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco que institui o auxílio-saúde no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/05/2014

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 6132/2014
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1918/2014, de autoria do Poder Executivo que altera a Lei nº 7.763, de 7 de novembro de 1978, que cria SUAPE Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/05/2014

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 6133/2014
Autora: Comissão de Redação Final

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Complementar nº 1976/2014, de autoria do Poder Judiciário que altera a Lei Complementar nº 100, de 21 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/05/2014

Discussão Única da Indicação nº 7963/2014
Autor: Dep. Rildo Braz

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário das Cidades e ao Diretor-Presidente do Grande Recife Consórcio de Transportes visando a definição de um novo itinerário para a linha 958 – Costa Azul, percorrendo toda a extensão da Rua Dr. Sebastião Amaral, localizada no Bairro de Pau Amarelo, município de Paulista.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/05/2014

Discussão Única do Requerimento nº 3365/2014
Autor: Dep. Ricardo Costa

Voto de Aplausos pelo aniversário de 32 anos de emancipação política do município de Camaragibe, a ser comemorado no dia 13 de maio do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/05/2014

Discussão Única do Requerimento nº 3366/2014
Autor: Dep. Waldemar Borges

Voto de Congratulações com o Comitê Estadual de Prevenção aos Acidentes de Moto pela adesão à ***Campanha Maio Amarelo: atenção pela vida.***

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/05/2014

Discussão Única do Requerimento nº 3367/2014
Autor: Dep. Aluísio Lessa

Voto de Aplausos ao município de Tacaratu pelos seus 60 anos de emancipação política, a ser comemorado no dia 13 de maio do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/05/2014

Discussão Única do Requerimento nº 3368/2014
Autor: Dep. Aluísio Lessa

Voto de Aplausos ao município de Goiana pelos seus 174 anos de emancipação política, transcorrido no dia 05 de maio do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/05/2014

Discussão Única do Requerimento nº 3369/2014
Autor: Dep. Aluísio Lessa

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA: **Presidente**, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Deputado Marcantônio Dourado; **2º Vice-Presidente**, Deputado André Campos; **1º Secretário**, Deputado João Fernando Coutinho; **2º Secretário**, Deputado Claudiano Martins Filho ; **3º Secretário**, Deputado Sebastião Oliveira Júnior; **4º Secretário**, Deputado Eriberto Medeiros. **Procurador-Geral** - Ismar Teixeira Cabral; **Superintendente-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente Administrativo** - José Lourenço de Sobral Neto; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Sérgio Maurício Coutinho Côrrea de Oliveira; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Braulio José de Lira C. Torres; **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Aldo Mota; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Coronel Ricardo Ferreira de Lima; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente de Comunicação Social** - Margot Queiroz Dourado; **Chefe de Departamento de Imprensa** - Marconi Glauco; **Editora** - Fabiane Cavalcanti; **Subeditora** - Manoela Moreira; **Repórteres** - Anselmo Monteiro, Fernandino Neto, Mirella Lemos, Renata Varjal, Sandra Salisvânia, Verônica Barros e Yanna Araújo; **Fotografia**: Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Lucas Neves, João Bitá e Rinaldo Marques; **Diagramação e Editoração Eletrônica**: Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão; **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail:** scom@alepe.pe.gov.br.



Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

Voto de Aplausos ao município de Bezerras pelos seus 144 anos de emancipação política, a ser comemorado no dia 18 de maio do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/05/2014

Discussão Única do Requerimento nº 3370/2014
Autor: Dep. Aluísio Lessa

Voto de Aplausos ao município de Bonito pelos seus 181 anos de emancipação política, a ser comemorado no dia 20 de maio do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/05/2014

Discussão Única do Requerimento nº 3371/2014
Autor: Dep. Aluísio Lessa

Voto de Aplausos ao município de Escada pelos seus 141 anos de emancipação política a ser comemorado no dia 24 de maio do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/05/2014

Discussão Única do Requerimento nº 3372/2014
Autor: Dep. Aluísio Lessa

Voto de Aplausos ao município de Nazaré da Mata pelos seus 181 anos de emancipação política, a ser comemorado no dia 17 de maio do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/05/2014

Discussão Única do Requerimento nº 3373/2014
Autor: Dep. Júlio Cavalcanti

Voto de Pesar pelo falecimento do ex-vereador do município de Lajedo, Luiz do Leite, ocorrido no dia 1º de maio do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/05/2014

Discussão Única do Requerimento nº 3374/2014
Autor: Dep. Rodrigo Novaes

Voto de Pesar pelo falecimento da ex-vereadora do município de Floresta, Senhora Maria da Conceição Novaes Souza Lira (Ceíça Lira).

DIÁRIO OFICIAL DE - 07/05/2014

Errata

ERRATA

Na Ordem do Dia da Quadragésima Sexta Reunião Ordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da Décima Sétima Legislatura, realizada em 06 de maio de 2014, às 14:30 horas.

Onde se lê:

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1959/2014
Autor: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Reajusta os vencimentos dos cargos e funções que integram o quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Regime de Urgência

Depende de Parecer das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

Votação Nominal

Quorum para Aprovação: Maioria Simples

DIÁRIO OFICIAL DE - 11/04/2014

Leia-se:

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1959/2014
Autor: Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Reajusta os vencimentos dos cargos e funções que integram o quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Regime de Urgência

Depende de Parecer das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

Votação Nominal

Quorum para Aprovação: Maioria Absoluta

DIÁRIO OFICIAL DE - 11/04/2014

Ata

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2014, ÀS 14:30 HORAS..

PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO GUILHERME UCHÔA

AOS 06 (SEIS) DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2014 (DOIS MIL E QUATORZE), ÀS 14 (QUATORZE) HORAS E 30 (TRINTA) MINUTOS, NO PLENÁRIO DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, PRESENTES OS DEPUTADOS ADALBERTO CAVALCANTI, ADALTO SANTOS, AGLAILSON JÚNIOR, ALBERTO FEITOSA, ALUÍSIO LESSA, ANDRÉ CAMPOS, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, BOTAFOGO FILHO, CLAUDIANO MARTINS FILHO, DANIEL COELHO, EDUARDO PORTO, ERIBERTO MEDEIROS, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, GUILHERME UCHÔA, GUSTAVO NEGROMONTE, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO FERNANDO COUTINHO, LAURA GOMES, LEONARDO DIAS, MARCANTÔNIO DOURADO, MARY GOUVEIA, MAVIAEL CAVALCANTI, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, RAIMUNDO PIMENTEL, RAMOS, RAQUEL LYRA, RICARDO COSTA, RILDO BRAZ, SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR, SÍLVIO COSTA FILHO, TERESA LEITÃO, TEREZINHA NUNES, TONY GEL, VINÍCIUS LABANCA E WALDEMAR BORGES, TENDO JUSTIFICADO SUAS AUSÊNCIAS

OS DEPUTADOS AUGUSTO CÉSAR, BETINHO GOMES, CLODOALDO MAGALHÃES, DIOGO MORAES, ISALTINO NASCIMENTO, JULIO CAVALCANTI, MANOEL SANTOS, RODRIGO NOVAES, SÉRGIO LEITE E ZÉ MAURÍCIO, CONSTATADO O QUORUM REGIMENTAL, O SENHOR PRESIDENTE, DEPUTADO GUILHERME UCHÔA, DECLARAABERTAA REUNIÃO, CONVIDAA OCUPAREM AS CADEIRAS DE PRIMEIRO-SECRETÁRIO E SEGUNDO-SECRETÁRIO OS DEPUTADOS JOÃO FERNANDO COUTINHO E ADALTO SANTOS, RESPECTIVAMENTE, DETERMINA A ESTE QUE PROCEDA À LEITURA DAS ATAS DAS REUNIÕES PLENÁRIAS REALIZADAS NO DIA CINCO DO CORRENTE, APÓS A QUAL O SENHOR PRESIDENTE AS SUBMETEM À DISCUSSÃO E À VOTAÇÃO, QUE, APROVADAS, SÃO ENVIADAS À PUBLICAÇÃO, E AO SENHOR PRIMEIRO-SECRETÁRIO QUE PROCEDA À LEITURA DO EXPEDIENTE, NO QUAL CONSTA O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1990/2014, ORIUNDO DO PODER EXECUTIVO, APÓS A QUAL É ENVIADO À PUBLICAÇÃO, ANUNCIA O PEQUENO EXPEDIENTE E CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO LAURA GOMES PARA COMENTAR A ENTREGA À POPULAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO CENTRO DE REABILITAÇÃO DE RIACHO DAS ALMAS, COM EQUIPAMENTOS NOVOS E PROFISSIONAIS QUALIFICADOS, QUE TERÁ ESTRUTURA PARA REALIZAR ATÉ 400 ATENDIMENTOS POR MÊS, DESTACANDO QUE AS AÇÕES DE ATENÇÃO À SAÚDE DAS CRIANÇAS CADASTRADAS NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E TAMBÉM A CRIAÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES EM ÁREAS ESTRATÉGICAS COMO A DE CONFECCÃO, COM ATENÇÃO ESPECIAL À ZONA RURAL. O DEPUTADO ANTÔNIO MORAES ALERTA SOBRE AUMENTO DA VIOLÊNCIA DA ILHA DE ITAMARACÁ, DESTACANDO OCORRÊNCIA DE DIVERSOS ASSALTOS À RESIDÊNCIAS, FRISANDO QUE, COM TRÊS PRESÍDIOS E UM MANICÓMIO, A POPULAÇÃO VIVE UMA REALIDADE NÃO DESEJADA POR NENHUM MORADOR. O DEPUTADO SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR REGISTRA OS 163 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE SERRA TALHADA, DESTACANDO QUE A CIDADE CELEBRA UMA TRAJETÓRIA DE LUTAS HISTÓRICAS E LIBERTÁRIAS NO ESTADO, E HOJE UM POLO UNIVERSITÁRIO COM NOVE CURSOS OFERTADOS PELO CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO, POSSUI UM CURSO DE MEDICINA, IMPLANTADO PELO GOVERNO DO ESTADO, ALÉM DE UMA FACULDADE PARTICULAR. O DEPUTADO ADALTO SANTOS, ÚLTIMO ORADOR DO PEQUENO EXPEDIENTE SOLICITA AO GOVERNO DO ESTADO QUE REFORCE DA SEGURANÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE TORITAMA, LAMENTANDO A MORTE DO COMERCIANTE EDSON QUELÉ DA SILVA, QUE MORREU VÍTIMA DE ASSALTO, NA ÚLTIMA SEGUNDA-FEIRA. O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA O GRANDE EXPEDIENTE E CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO, ÚLTIMO ORADOR DO GRANDE EXPEDIENTE PARA TRATAR SOBRE AS OBRAS DE MOBILIDADE URBANA REALIZADAS PELO GOVERNO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE, QUE PODEM NÃO FICAR PRONTAS ATÉ A COPA DO MUNDO, AFIRMANDO QUE OS CORREDORES NORTE-SUL E LESTE-OESTE, A VIA MANGUE E O TERMINAL INTEGRADO DE COSME E DAMIÃO TIVERAM O PRAZO DE ENTREGA ADIADO VÁRIAS VEZES. FINALIZA PROPONDO AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A QUESTÃO, COM A PRESENÇA DO SECRETÁRIO ESTADUAL DAS CIDADES, EVANDRO AVELAR. O ORADOR É APARTEADO PELO DEPUTADO ODACY AMORIM. O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA A ORDEM DO DIA, ABERTA A DISCUSSÃO EM PLENÁRIO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DE Nº 1968/2014 E NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, O SENHOR PRESIDENTE A ENCERRA. EM SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE INFORMA AO PLENÁRIO QUE A VOTAÇÃO OBEDECERÁ AO PROCESSO NOMINAL. ASSUMEM A PRIMEIRA-SECRETARIA E A SEGUNDA-SECRETARIA OS DEPUTADOS JOÃO FERNANDO COUTINHO E CLAUDIANO MARTINS FILHO, RESPECTIVAMENTE. LOGO APÓS, O SENHOR PRESIDENTE DETERMINA AO PRIMEIRO-SECRETÁRIO QUE PROCEDA A CHAMADA NOMINAL DOS SENHORES PARLAMENTARES PARA VOTAÇÃO. ISTO FEITO VOTAM SIM OS DEPUTADOS ADALBERTO CAVALCANTI, ADALTO SANTOS, AGLAILSON JÚNIOR, ALBERTO FEITOSA, ALUÍSIO LESSA, ANDRÉ CAMPOS, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, BOTAFOGO FILHO, CLAUDIANO MARTINS FILHO, DANIEL COELHO, EDUARDO PORTO, ERIBERTO MEDEIROS, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, GUSTAVO NEGROMONTE, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO FERNANDO COUTINHO, LAURA GOMES, LEONARDO DIAS, MARCANTÔNIO DOURADO, MARY GOUVEIA, MAVIAEL CAVALCANTI, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, RAIMUNDO PIMENTEL, RAMOS, RAQUEL LYRA, RICARDO COSTA, RILDO BRAZ, SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR, SÍLVIO COSTA FILHO, TERESA LEITÃO, TEREZINHA NUNES, TONY GEL, VINÍCIUS LABANCA E WALDEMAR BORGES (38). DEIXARAM DE VOTAR OS DEPUTADOS AUGUSTO CÉSAR, BETINHO GOMES, CLODOALDO MAGALHÃES, DIOGO MORAES, ISALTINO NASCIMENTO, JULIO CAVALCANTI, MANOEL SANTOS, RODRIGO NOVAES, SÉRGIO LEITE E ZÉ MAURÍCIO, POR ESTAREM AUSENTES DO PLENÁRIO E O DEPUTADO GUILHERME UCHÔA, PRESIDENTE DESTA PODER, EM VIRTUDE DO QUE DISPÕE O ART. 65, INCISO IV, ALÍNEA C, DO REGIMENTO INTERNO (11). SENDO, POR CONSEQUINTE, APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1968/2014. ABERTA A DISCUSSÃO EM PLENÁRIO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DE Nº 1976/2014 E NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, O SENHOR PRESIDENTE A ENCERRA. EM SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE INFORMA AO PLENÁRIO QUE A VOTAÇÃO OBEDECERÁ AO PROCESSO NOMINAL. ASSUMEM A PRIMEIRA-SECRETARIA E A SEGUNDA-SECRETARIA OS DEPUTADOS JOÃO FERNANDO COUTINHO E CLAUDIANO MARTINS FILHO, RESPECTIVAMENTE. LOGO APÓS, O SENHOR PRESIDENTE DETERMINA AO PRIMEIRO-SECRETÁRIO QUE PROCEDA A CHAMADA NOMINAL DOS SENHORES PARLAMENTARES PARA VOTAÇÃO. ISTO FEITO VOTAM SIM OS DEPUTADOS ADALBERTO CAVALCANTI, ADALTO SANTOS, AGLAILSON JÚNIOR, ALBERTO FEITOSA, ALUÍSIO LESSA, ANDRÉ CAMPOS, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, BOTAFOGO FILHO, CLAUDIANO MARTINS FILHO, DANIEL COELHO, EDUARDO PORTO, ERIBERTO MEDEIROS, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, GUSTAVO NEGROMONTE, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO FERNANDO COUTINHO, LAURA GOMES, LEONARDO DIAS, MARCANTÔNIO DOURADO, MARY GOUVEIA, MAVIAEL CAVALCANTI, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, RAIMUNDO PIMENTEL, RAMOS, RAQUEL LYRA, RICARDO COSTA, RILDO BRAZ, SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR, SÍLVIO COSTA FILHO, TERESA LEITÃO, TEREZINHA NUNES, TONY GEL, VINÍCIUS LABANCA E WALDEMAR BORGES (38). DEIXARAM DE VOTAR OS DEPUTADOS AUGUSTO CÉSAR, BETINHO GOMES, CLODOALDO MAGALHÃES, DIOGO MORAES, ISALTINO NASCIMENTO, JULIO CAVALCANTI, MANOEL SANTOS, RODRIGO NOVAES, SÉRGIO LEITE E ZÉ MAURÍCIO, POR ESTAREM AUSENTES DO PLENÁRIO E O DEPUTADO GUILHERME UCHÔA, PRESIDENTE DESTA PODER, EM VIRTUDE DO QUE DISPÕE O ART. 65, INCISO IV, ALÍNEA C, DO REGIMENTO INTERNO (11). SENDO, POR CONSEQUINTE, APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1968/2014. ABERTA A DISCUSSÃO EM PLENÁRIO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DE Nº 1976/2014 E NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, O SENHOR PRESIDENTE A ENCERRA. EM SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE INFORMA AO PLENÁRIO QUE A VOTAÇÃO OBEDECERÁ AO PROCESSO NOMINAL. ASSUMEM A PRIMEIRA-SECRETARIA E A SEGUNDA-SECRETARIA OS DEPUTADOS JOÃO FERNANDO COUTINHO E CLAUDIANO MARTINS FILHO, RESPECTIVAMENTE. LOGO APÓS, O SENHOR PRESIDENTE DETERMINA AO PRIMEIRO-SECRETÁRIO QUE PROCEDA A CHAMADA NOMINAL DOS SENHORES PARLAMENTARES PARA VOTAÇÃO. ISTO FEITO VOTAM SIM OS DEPUTADOS ADALBERTO CAVALCANTI, ADALTO SANTOS, AGLAILSON JÚNIOR, ALBERTO FEITOSA, ALUÍSIO LESSA, ANDRÉ CAMPOS, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, BOTAFOGO FILHO, CLAUDIANO MARTINS FILHO, DANIEL COELHO, EDUARDO PORTO, ERIBERTO MEDEIROS, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, GUSTAVO NEGROMONTE, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO FERNANDO COUTINHO, LAURA GOMES, LEONARDO DIAS, MARCANTÔNIO DOURADO, MARY GOUVEIA, MAVIAEL CAVALCANTI, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, RAIMUNDO PIMENTEL, RAMOS, RAQUEL LYRA, RICARDO COSTA, RILDO BRAZ, SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR, SÍLVIO COSTA FILHO, TERESA LEITÃO, TEREZINHA NUNES, TONY GEL, VINÍCIUS LABANCA E WALDEMAR BORGES (38). DEIXARAM DE VOTAR OS DEPUTADOS AUGUSTO CÉSAR, BETINHO GOMES, CLODOALDO MAGALHÃES, DIOGO MORAES, ISALTINO NASCIMENTO, JULIO CAVALCANTI, MANOEL SANTOS, RODRIGO NOVAES, SÉRGIO LEITE E ZÉ MAURÍCIO, POR ESTAREM AUSENTES DO PLENÁRIO E O DEPUTADO GUILHERME UCHÔA, PRESIDENTE DESTA PODER, EM VIRTUDE DO QUE DISPÕE O ART. 65, INCISO IV, ALÍNEA C, DO REGIMENTO INTERNO (11). SENDO, POR CONSEQUINTE, APROVADO EM PRIMEIRA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1976/2014. SÃO APROVADOS EM SEGUNDA DISCUSSÃO OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 1919/2014, 1956/2014 E 1957/2014. ABERTA A DISCUSSÃO EM PLENÁRIO DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DE Nº 1959/2014 E NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS, O

SENHOR PRESIDENTE A ENCERRA. EM SEGUIDA, O SENHOR PRESIDENTE INFORMA AO PLENÁRIO QUE A VOTAÇÃO OBEDECERÁ AO PROCESSO NOMINAL. ASSUMEM A PRIMEIRA-SECRETARIA E A SEGUNDA-SECRETARIA OS DEPUTADOS JOÃO FERNANDO COUTINHO E CLAUDIANO MARTINS FILHO, RESPECTIVAMENTE. LOGO APÓS, O SENHOR PRESIDENTE DETERMINA AO PRIMEIRO-SECRETÁRIO QUE PROCEDA A CHAMADA NOMINAL DOS SENHORES PARLAMENTARES PARA VOTAÇÃO. ISTO FEITO VOTAM SIM OS DEPUTADOS ADALBERTO CAVALCANTI, ADALTO SANTOS, AGLAILSON JÚNIOR, ALBERTO FEITOSA, ALUÍSIO LESSA, ANDRÉ CAMPOS, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, BOTAFOGO FILHO, CLAUDIANO MARTINS FILHO, DANIEL COELHO, EDUARDO PORTO, ERIBERTO MEDEIROS, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, GUSTAVO NEGROMONTE, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO FERNANDO COUTINHO, LAURA GOMES, LEONARDO DIAS, MARCANTÔNIO DOURADO, MARY GOUVEIA, MAVIAEL CAVALCANTI, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, RAIMUNDO PIMENTEL, RAMOS, RAQUEL LYRA, RICARDO COSTA, RILDO BRAZ, SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR, SÍLVIO COSTA FILHO, TERESA LEITÃO, TEREZINHA NUNES, TONY GEL, VINÍCIUS LABANCA E WALDEMAR BORGES (38). DEIXARAM DE VOTAR OS DEPUTADOS AUGUSTO CÉSAR, BETINHO GOMES, CLODOALDO MAGALHÃES, DIOGO MORAES, ISALTINO NASCIMENTO, JULIO CAVALCANTI, MANOEL SANTOS, RODRIGO NOVAES, SÉRGIO LEITE E ZÉ MAURÍCIO, POR ESTAREM AUSENTES DO PLENÁRIO E O DEPUTADO GUILHERME UCHÔA, PRESIDENTE DESTA PODER, EM VIRTUDE DO QUE DISPÕE O ART. 65, INCISO IV, ALÍNEA C, DO REGIMENTO INTERNO (11). SENDO, POR CONSEQUINTE, APROVADO EM PRIMEIRA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1959/2014. É APROVADO EM PRIMEIRA DISCUSSÃO O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1960/2014, O SENHOR PRESIDENTE DESPACHA À PUBLICAÇÃO A INDICAÇÃO Nº 7963/2014, OS REQUERIMENTOS NºS 3365/2014 A 3374/2014 E ENCAMINHA ÀS PRIMEIRA, SEGUNDA, TERCEIRA, QUARTA, NONA, DÉCIMA E DÉCIMA PRIMEIRA COMISSÕES OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 1991/2014, 1992/2014, 1994/2014 E 1995/2014 E O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1993/2014, APRESENTADOS NESTA REUNIÃO, ENVIANDO A PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO DO DIA DE AMANHÃ TODAS ESTAS PROPOSIÇÕES. O SENHOR PRESIDENTE ENCERRAA REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, EM CARÁTER ORDINÁRIO, PARA AMANHÃ, NO HORÁRIO REGIMENTAL.

Expediente

QUADRAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2014.

EXPEDIENTE

PARECERES NºS 6105, 6106 E 6107 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final aos Projetos de Lei nºs 1919, 1956 e 1957.
À Imprimir.

PARECER Nº 6108 - DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA opinando favorável ao Projeto de Lei nº 1915, juntamente com a Emenda nº 01.
À Imprimir.

PARECERES NºS 6109 E 6110 - DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA opinando favorável aos Projetos nºs 1953 e 1954.
À Imprimir.

PARECERES NºS 6111, 6113, 6114, 6115, 6116, 6117, 6118, 6119, 6120, 6121 E 6122 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável aos Projetos de Lei nºs 1831, 1920,1921, 1924, 1933, 1936, 1953, 1954, 1966, 1977 e 1990.
À Imprimir.

PARECER Nº 6112 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1888.
À Imprimir.

OFÍCIO Nº 296 - DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO encaminhando em devolução, no prazo previsto no artigo 23, § 3º, da Constituição do Estado, o Projeto de Lei Ordinária nº 1104/2014.
Inteirada.

OFÍCIO Nº 297 - DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO encaminhando em devolução, no prazo previsto no artigo 23, § 3º, da Constituição do Estado, o Projeto de Lei Ordinária nº 1569/2014.
Inteirada.

OFÍCIO Nº 298 - DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO encaminhando em devolução, no prazo previsto no artigo 23, § 3º, da Constituição do Estado, o Projeto de Lei Ordinária nº 1802/2014.
Inteirada.

REQUERIMENTO - DO DEPUTADO ZÉ MAURÍCIO solicitando dispensa da presença nas reuniões Plenárias dos dias 07 e 09 de maio de 2014.
À Publicação.

REQUERIMENTO - DO DEPUTADO RICARDO COSTA solicitando dispensa da presença nas reuniões Plenárias no período de 13 à 15 de maio de 2014.
À Publicação.

REQUERIMENTO - DO DEPUTADO DIOGO MORAES solicitando dispensa da presença na reunião Plenária do dia 07 de maio de 2014.
À Publicação.

Solicitações de Dispensa

REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE DISPENSA DE PRESENÇA EM REUNIÃO PLENÁRIA

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

O Deputado **Diogo Moraes** com assento nesta Assembleia Legislativa, solicita, nos termos do inciso art. 30, do Regimento Interno, dispensa da presença na(s) reunião(es) do(s) dia(s) 07 de maio de 2014, pelo motivo abaixo justificado.

JUSTIFICATIVA:

Viagem a Brasília - DF.

Recife, 07 de maio de 2014.

Diogo Moraes

Deputado

DESPACHO:
Deferido

Ao expediente, em 07 /05/2014

Marcantônio Dourado
1º Vice-Presidente

REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE DISPENSA DE PRESENÇA EM REUNIÃO PLENÁRIA

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

O Deputado **Zé Maurício** com assento nesta Assembleia Legislativa, solicita, nos termos do inciso art. 30, do Regimento Interno, dispensa da presença na(s) reunião(es) do(s) dia(s) 07 a 09 de maio de 2014, pelo motivo abaixo justificado.

JUSTIFICATIVA:

Viagem a Brasília - DF.

Recife, 07 de maio de 2014.

Zé Maurício

Deputado

DESPACHO:
Deferido

Ao expediente, em 07 /05/2014

Marcantônio Dourado
1º Vice-Presidente

Projetos

Projeto de Lei Ordinária Nº 1996/2014

Ementa: Dispõe sobre o Guia Estadual de Saúde de Pernambuco e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a implantação do Guia Estadual de Saúde de Pernambuco, a ser divulgado no *site* da Secretaria Estadual de Saúde.

Art. 2º O guia de que trata o art. 1º deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

I - relação das unidades de saúde públicas do Estado de Pernambuco, sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde, bem como as respectivas especialidades médicas, endereços e telefones;

II - relação dos laboratórios, com os respectivos exames oferecidos à população;

III - relação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e dos Centros de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas (CAPS-AD), com os respectivos endereços e telefones;

IV - relação das unidades de saúde conveniadas, caso hajam, e suas respectivas especialidades médicas;

V - relação das farmácias populares; e

VI - agenda mensal, atualizada diariamente, com a programação das unidades móveis de saúde.

Art. 3º Os estabelecimentos públicos de saúde deverão afixar, nas suas dependências, cartaz, de forma destacada, em local visível ao público, preferencialmente na recepção, devendo conter informações sobre o Guia Estadual de Saúde de Pernambuco.

Parágrafo único. Ficará a critério do poder público estadual a definição do conteúdo do cartaz de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 4º O conteúdo do Guia Estadual de Saúde de Pernambuco deverá ser, pelo menos, atualizado semestralmente.

Art. 5º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação oficial.

Justificativa

O projeto que ora encaminho a esta Casa Legislativa tem por finalidade proporcionar aos Pernambucanos o Guia Estadual de Saúde, que deverá ser implantado no site da Secretaria de Saúde de nosso Estado. Pretendemos, com esta iniciativa, possibilitar o acesso, via internet, à relação das unidades de saúde públicas existentes no Estado e suas respectivas especialidades médicas, aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), entre outras informações da forma que indica o Projeto de Lei. Fica ressaltado que esta proposta se coaduna com o Princípio da Transparência, implícito na nossa Carta Magna. Ademais, a iniciativa não gera despesa para os cofres públicos, sendo de fácil aplicabilidade. Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Reuniões, em 28 de abril de 2014.
Pastor Cleiton Collins Deputado
Às 1ª , 3ª , 9ª e 10ª Comissões.

Projeto de Lei Ordinária N° 1997/2014

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de todos os fornecedores de serviços prestados de forma contínua estenderem o benefício de novas promoções aos clientes pré-existentes.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DECRETA:
<p>Art. 1º Ficam os fornecedores de serviços prestados de forma contínua obrigados a conceder a seus clientes pré-existentes os mesmos benefícios de promoções posteriormente realizadas.</p> <p>Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, enquadram-se na classificação de prestadores de serviços contínuos, dentre outros: I - concessionárias de serviço telefônico, energia elétrica, água, gás e outros serviços essenciais;</p> <p>II - operadoras de TV por assinatura;</p> <p>III - provedores de internet;</p> <p>IV - operadoras de planos de saúde;</p> <p>V - serviço privado de educação;</p> <p>VI - outros serviços prestados de forma contínua aos consumidores.</p> <p>Art. 2º A extensão do benefício de promoções realizadas pelas empresas prestadoras de serviço a seus antigos clientes será automática, a partir do lançamento da promoção, sem distinção fundada na data de adesão ou qualquer outra forma de discriminação dentro da área geográfica da oferta.</p> <p>Art. 3º O fornecedor de serviço que não cumprir o disposto nesta lei ficará sujeito às seguintes sanções:</p> <p>I – multa no valor do dano causado ao consumidor;</p> <p>II – multa em dobro e cassação da inscrição estadual, em caso de reincidência.</p> <p>Art. 4º A fiscalização desta lei ficará a cargo da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/PE, que poderá firmar convênios com os Municípios para o mesmo fim.</p> <p>Art. 5º Esta lei entra em vigor 60 (sessenta dias) a contar de sua publicação.</p>
Justificativa

A vulnerabilidade do consumidor se mostra patente quando empresas prestadoras de serviços lançam com grande alarde promoções imperdíveis para captar novos clientes, simplesmente ignorando a existência dos consumidores angariados no passado, muitas vezes com fidelizações por determinado período de tempo.

Ao procurarem as empresas para ver os benefícios de novas promoções serem estendidos aos antigos clientes, as respostas ouvidas pelos consumidores são invariavelmente negativas, sempre com as mais infundadas justificativas, como as de que o pacote adquirido pelo cliente antigo é diferente da promoção lançada ou de que o “sistema” da companhia não permite estender o benefício de promoções a antigos clientes.

Ora, é dever do fornecedor de serviços atender satisfatoriamente a todos os seus consumidores, mormente após a assinatura do contrato de prestação de serviço, não podendo o consumidor ser reduzido a apenas um número na planilha de contabilidade dessas empresas.

Nesse sentido, a garantia dos benefícios de novas promoções a antigos clientes deve ser uma imposição legal aos prestadores de serviços prestados de maneira contínua, como forma de assegurar minimamente o direito de isonomia entre os vários consumidores de uma empresa.

A obrigação imposta será automática, além de a norma proposta entrar em vigor 60 (sessenta dias) a contar de sua publicação, tempo suficiente para divulgação e adaptação das empresas à nova realidade.

Aliás, a propositura ora apresentada acabou coincidentemente sendo matéria de normatização da ANATEL para os serviços de telecomunicações, em recente resolução publicada por aquele órgão, a de nº 632/2014. Um dos dispositivos da referida norma diz o seguinte:

Art. 46 Todas as ofertas, inclusive de caráter promocional, devem estar disponíveis para contratação por todos os interessados, inclusive já Consumidores da Prestadora, sem distinção fundada na data de adesão ou qualquer outra forma de discriminação dentro da área geográfica da oferta.

O projeto de lei apresentado, por seu turno, é mais abrangente, por envolver outros serviços essenciais além dos previstos na resolução da ANATEL, exclusivos para os serviços de telecomunicações, e ainda possuirá caráter mais perene e eficaz, por se tratar de uma norma hierarquicamente superior, razão pela qual o submetemos esta proposição ao plenário desta Casa, contando com a colaboração de todos os parlamentares.

Sala das Reuniões, em 29 de abril de 2014.
Rodrigo Novaes Deputado
Às 1ª , 3ª e 11ª Comissões.

Projeto de Lei Ordinária N° 1998/2014

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de transporte rodoviário encaminhar a lista de passageiros ao Comando da Polícia Militar local antes do início de qualquer viagem que vise exclusivamente o transporte de torcedores para eventos futebolísticos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DECRETA:

Art. 1º As empresas de transporte rodoviário, com registro nos respectivos departamentos, ficam obrigadas a encaminhar a lista de passageiros ao Comando da Polícia Militar da Comarca competente, com antecedência mínima de um (1) dia de antecedência do início de qualquer viagem que vise, exclusivamente, o transporte de torcedores para eventos futebolísticos a serem realizados nas praças esportivas do Estado de Pernambuco.

§ 1º Da lista a que se refere o *caput* deste artigo deverá constar o nome completo do passageiro, o número de sua cédula de identidade, o órgão expedidor e o endereço residencial completo;

§ 2º A empresa de transporte rodoviário deverá informar, à autoridade policial local, a data e o horário do início da viagem, o local e o horário do início do evento e o itinerário a ser cumprido, tanto na ida como na volta;

§ 3º A Polícia Militar local poderá utilizar a lista recebida para fins de recepção e fiscalização dos torcedores transportados.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará a empresa infratora às seguintes penalidades:

I – advertência, na primeira autuação; e

II – multa equivalente a R\$ 1.000,00 por infração, dobrada no caso de reincidência.

Art. 3º O regulamento definirá as diretrizes para a aplicação desta lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor no prazo de 30 (trinta) dias de sua publicação.

Justificativa
<p>A violência no futebol é algo que vem afastando o torcedor de bem dos nossos estádios. Confusões premeditadas e brigas entre torcidas organizadas hoje são características do futebol brasileiro.</p> <p>O referido projeto de lei pretende auxiliar o trabalho da Polícia local na identificação de grupos organizados que se deslocam entre as cidades para promover arruaças no entorno das praças esportivas. Tem por objetivo final, também, resguardar a incolumidade publica no que tange aos jogos de futebol, principalmente, já que em outras modalidades esportivas denotamos um comportamento mais salutar e menos violento.</p> <p>Com o envio da lista de passageiros, a Polícia terá conhecimento prévio dos torcedores que estarão se deslocando para o evento esportivo, adotando medidas preventivas em relação ao quantitativo de pessoas que estarão em trânsito, bem como ao histórico policial dos que por ventura já causaram transtornos anteriormente.</p> <p>Portanto, submetemos o presente projeto de lei ao Plenário desta Casa, contando com o apoio dos demais parlamentares, a fim de que nosso Estado disponha de medidas concreta em face da violência nos campos de futebol que vem afastando os torcedores de bem dos estádios.</p>
Sala das Reuniões, em 29 de abril de 2014.
Rodrigo Novaes Deputado
Às 1ª , 3ª , 6ª , 11ª e 12ª Comissões.

Projeto de Lei Ordinária N° 1999/2014

Ementa: Obriga operadoras de telefonia fixa e móvel a disponibilizar conta detalhada na internet das chamadas telefônicas e serviços utilizados na modalidade “pré-pago”.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DECRETA:
<p>Art. 1º As operadoras de telefonia fixa e móvel que prestam serviços no âmbito do Estado de Pernambuco ficam obrigadas a fornecer, aos clientes da modalidade “pré-pago”, conta detalhada das chamadas telefônicas e serviços utilizados com respectivo valor cobrado.</p> <p>Parágrafo único. Para atendimento ao disposto no <i>caput</i> as operadoras deverão disponibilizar as informações na rede mundial de computadores, internet, com fornecimento aos clientes de usuário e senha para consulta.</p> <p>Art. 2º Esta Lei entra em vigor no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da sua publicação.</p>
Justificativa
<p>Atualmente, no Brasil estão habilitados mais de 250 milhões de acessos móveis, sendo que destes mais de 80 por cento são contratos com modalidade pré-pago. Ocorre que os investimentos nas ferramentas de proteção e transparência aos consumidores deveria seguir o mesmo exemplo, com vistas a regular e evitar abusos na relação consumerista estabelecida.</p> <p>Os consumidores da chamada modalidade “pré-pago” não dispõem da proteção necessária, haja vista que possuem tão somente um chip, uma tabela de valores cobrados por minuto ou ligação e a pseudo liberdade de “carregar” com créditos seus telefones, sem terem como aferir se consumiram por aquilo que pagaram.</p> <p>Portanto, submetemos o presente projeto de lei ao Plenário desta Casa, objetivando a defesa do direito do consumidor.</p>

Sala das Reuniões, em 29 de abril de 2014.
Rodrigo Novaes Deputado
Às 1ª , 3ª , 10ª e 11ª Comissões.

Projeto de Lei Ordinária N° 2000/2014

Ementa: Dispõe sobre as normas básicas aplicáveis às oficinas mecânicas e estabelecimentos asse-

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DECRETA:
<p>Art. 1º A partir da aprovação desta Lei, os proprietários e ou responsáveis pelas oficinas mecânicas e estabelecimentos assemelhados, que prestam serviços de manutenção, conserto ou substituição de peças em veículos automotores leves, novos ou usados, estarão obrigados a cumprir as normas estabelecidas a seguir:</p> <p>I – manter um responsável operacional pelos serviços executados nos veículos automotores, que atenda aos requisitos de norma técnica de capacitação expedida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e, esta não existindo, através de treinamento de, pelo menos, 400 (quatrocentas) horas ou, em caso de comprovação de dois ou mais anos de experiência prévia na atividade, de treinamento de 40 (quarenta) horas;</p> <p>II – manter um ou mais profissionais que atendam aos requisitos de norma técnica de capacitação expedida pela ABNT e, esta não existindo, através de treinamento de 400 (quatrocentas) horas em</p>

cada sistema cujo serviço seja disponibilizado pela empresa de reparação de veículos ou, em caso de comprovação de dois ou mais anos de experiência prévia na atividade, de treinamento de 40 (quarenta) horas;

Parágrafo único. Todos os serviços realizados nos veículos automotores deverão atender às normas técnicas publicadas pela ABNT na área de serviços automotivos, bem como observar as especificações técnicas estabelecidas pelos fabricantes de autopeças.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei consideram-se oficinas mecânicas e estabelecimentos assemelhados quaisquer estabelecimentos comerciais que executem consertos ou substituições de autopeças nos sistemas de alimentação, climatização, direção, elétrica, eletrônica, exaustão, iluminação, freio, motor, pneus e rodas, sinalização, suspensão e eixos, pintura em latarias e fibra, transmissão e mecânica em geral de veículos automotores.

Art. 3º Os estabelecimentos que utilizarem equipamentos para os serviços que medem as emissões veiculares, assim como os ligados diretamente à segurança veicular conforme NBR-ABNT 14.624 deverão atender, caso exista, a exigência de comprovação de homologação junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO.

Art. 4º Os estabelecimentos de que trata esta Lei deverão manter, obrigatoriamente, em seu interior e em local visível ao consumidor, o certificado de conclusão em treinamento de conhecimento geral dos sistemas dos veículos automotores com o nome do responsável operacional dos serviços nos sistemas citados no artigo 2º, expedido por instituição de ensino reconhecida oficialmente pelo MEC na área automotiva.

Art. 5º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator, sem prejuízo das responsabilidades penais, civis e de outras sanções administrativas cabíveis, às penalidades previstas no art. 56 do Código de Defesa do Consumidor, a serem aplicadas pelos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC em suas respectivas esferas de atuação.

Art. 6º O Governo do Estado terá um prazo de 90 dias para a regulamentação desta Lei e os proprietários das oficinas mecânicas e estabelecimentos assemelhados, por sua vez, terão um prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da publicação da regulamentação do Poder Executivo, para se adequarem aos dispositivos nela estabelecidos.

Art. 7º A fiscalização do disposto desta Lei ficará a cargo do Governo do Estado, através de órgão competente designado.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa
<p>A vertiginosa expansão da frota automotiva nacional – acentuada, por um lado, pelos recentes avanços na economia e suas repercussões positivas no consumo e no crédito e, por outro, pela lamentável fadiga dos sistemas de transporte coletivo – transformou o Brasil no quarto maior mercado automobilístico mundial. Ficamos atrás, nesse quesito, apenas de China, Estados Unidos e Japão, respectivamente. Apesar de sua dimensão e importância, o setor automotivo brasileiro, infelizmente, permanece num ambiente com grau muito elevado de desequilíbrio e de conflito nas relações de consumo, em especial no segmento de reparo e manutenção de veículos. A falta de normatização dos critérios técnicos para o funcionamento desses estabelecimentos e a decorrente precariedade dos serviços oferecidos tem resultado em frequentes e graves prejuízos para a segurança e para os interesses econômicos dos consumidores. No caso de Pernambuco, isto vem ocorrendo de maneira significativa, refletindo sobremaneira no aumento da sua frota de veículos automotivos.</p> <p>O objetivo deste projeto de lei é estabelecer critérios mínimos a serem seguidos pelo mercado de reparação de veículos leves, exigindo-se o atendimento das normas da ABNT e das especificações dos fabricantes, a par da qualificação e treinamento dos profissionais envolvidos.</p> <p>Cremos que, com a adoção das normas básicas estabelecidas no Art. 1º desta proposição, elevaremos o nível de qualidade e de segurança dos serviços de reparação automotiva, reduzindo os riscos à coletividade e aperfeiçoando o aparato de proteção à vida e à dignidade do consumidor.</p> <p>Ante o exposto, consideramos plenamente justificado o projeto em pauta, pelo que só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, a sua melhor acolhida, tendo em vista o seu grande alcance social.</p>
Sala das Reuniões, em 7 de maio de 2014.
Ricardo Costa Deputado
Às 1ª , 3ª , 11ª e 12ª Comissões.

Pareceres de Comissões

Parecer N° 6108/2014

Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Educação e Cultura, o Projeto de Lei Ordinária nº. 1915/2014 e a Emenda Modificativa 01/2014 Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, de autoria do Deputado Pedro Serafim Neto para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição em discussão já recebeu parecer favorável no âmbito da primeira comissão a quem compete analisar a constitucionalidade e legalidade da matéria onde recebeu a Emenda Modificativa 01/2014.

Parecer do Relator

2.1- O projeto em tela visa instituir o Dia Estadual do Agente de Defesa Civil do Estado de Pernambuco, a ser comemorado anualmente no dia 15 de junho.

2.2 – De acordo com a justificativa do autor, *in verbis*: “Por meio do Decreto Estadual nº 2.372 de 15.06.71, foi criada a Comissão de Defesa Civil do Estado de Pernambuco - CODECIPE - Órgão responsável pela assistência de defesa civil às pessoas que, por ventura, sejam atingidas por fenômenos naturais, a exemplo de secas e inundações. Para o bom desempenho desta tão louvável atividade é necessário contar com um quadro de excelentes agentes os quais no seu dia a dia bravamente enfrenta situações adversas que por muitas vezes coloca a sua própria vida em risco para salvar outras tantas. É para estes corajosos e destemidos agentes que hoje se empalham por quase todos os municípios do Estado através das secretarias de Defesa Social, que se faz necessário o justo reconhecimento de toda a população pernambucana a fim de promover motivações para continuarem com esta missão árdua mas brilhante a qual exige um perfil forte e destemido. Homenageá-los com um dia especial, é um ato de reconhecimento para que todos sejam lembrados com carinho pela população tão carente de seus serviços em todo Estado Pernambucano. Assim exposto e contando com o descortino de meus nobres pares, aguardo a

aprovação do presente projeto, que reputo de grande importância.”

Dada a justificativa exposta na solicitação feita pelo Deputado Pedro Serafim Neto e concordando com a necessidade de contemplar a alteração ao referido Projeto de Lei Ordinária, visando fortalecer a cultura por meio desta homenagem.

Laura Gomes Deputada
Conclusão da Comissão

Desta maneira e em conformidade com o artigo 99, II, do Regimento Interno opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 1915/2014, de autoria do Deputado Pedro Serafim Neto, com Emenda Modificativa Nº 01 da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala da Comissão de Educação e Cultura, em 7 de maio de 2014.
Presidente: Laura Gomes. Relator : Laura Gomes. Favoráveis os (3) deputados: Laura Gomes, Raimundo Pimentel, Teresa Leitão.

Parecer N° 6109/2014

Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Educação e Cultura, o Projeto de Resolução nº. 1953/2014, de autoria da Mesa Diretora para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição em discussão já recebeu parecer favorável no âmbito da primeira comissão a quem compete analisar a constitucionalidade e legalidade da matéria.

Parecer do Relator

2.1- O projeto em tela visa denominar de Senador Sérgio Guerra o Auditório do Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar.

2.2 – De acordo com a justificativa do autor, *in verbis*: “*Formado em economia pela Universidade Católica de Pernambuco, militante do movimento estudantil, o Senador e também Deputado Sérgio Guerra trabalhou na iniciativa privada e na Fundação Joaquim Nabuco. Era pecuarista, e tinha na criação de cavalos, um de seus grandes investimentos. Severino Sérgio Estelilla Guerra, nasceu em Recife no dia 09 de novembro de 1947 vindo a falecer no dia 06 de março de 2014. Sérgio Guerra, como era conhecido nacionalmente, tem origem de família política, sendo filho de Pio Guerra e irmão de José Carlos Estelita, ambos deputados federais. Foi casado duas vezes e teve quatro filhos. Na política ocupou muitos cargos, tais como Deputado Estadual em 1981, deputado Federal em 1986, Secretário de Indústria, Comercio e Turismo, Secretário de Ciência e Tecnologia, deputado federal novamente nos anos de 1990/1994 e 1998, Senador da República de 2002/2010 e, finalmente, deputado Federal em 2011 até o dia em que veio a falecer. Teve ainda participação no primeiro governo de Jarbas Vasconcelos como Secretário Extraordinário. Em 2007 foi eleito presidente nacional do PSDB.*”

Dada a justificativa exposta na solicitação feita pela Mesa Diretora, concordamos com conteúdo do referido Projeto de Resolução.

Laura Gomes Deputada
Conclusão da Comissão

Desta maneira e em conformidade com o artigo 99, II, do Regimento Interno opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Resolução nº. Nº 1953/2014, de autoria da Mesa Diretora.

Sala da Comissão de Educação e Cultura, em 7 de maio de 2014.
Presidente: Laura Gomes. Relator : Laura Gomes. Favoráveis os (3) deputados: Laura Gomes, Raimundo Pimentel, Teresa Leitão.

Parecer N° 6110/2014

Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Educação e Cultura, o Projeto de Resolução nº. 1954/2014, de autoria do Governo do Estado para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição em discussão já recebeu parecer favorável no âmbito da primeira comissão a quem compete analisar a constitucionalidade e legalidade da matéria.

Parecer do Relator

2.1- O projeto em tela visa denominar Deputado João Ferreira Lima Filho o Plenarinho localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar.

2.2 – De acordo com a justificativa do autor, *in verbis*: “*A presente proposta visa nomear o Plenarinho localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, futuro espaço de discussões e votações desta Casa. A presente denominação visa homenagear figura política de grande atuação neste Poder e de imensa importância para a história do Estado de Pernambuco. Entre os diversos cargos políticos que exerceu, cita-se o de Prefeito dos Municípios de Timbaúba e de Aliança, Secretário de Estado para os Negócios de Saúde e Assistência Social no primeiro governo Arraes e deputado estadual nesta casa em várias legislaturas. Como deputado estadual, foi Vice-Presidente da Comissão de Negócios Municipais; integrante da Comissão de Fiscalização Financeira, da Comissão de Educação, Saúde Pública e Cultura, da Comissão de Áreas das Secas e Negócios Municipais, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, da Comissão de Finanças, Orçamento e Economia, da Comissão de Saúde e Assistência Social, da Comissão de Saúde, da Comissão de Redação de Leis e da comissão especial de análise do Regimento Interno e de sua adaptação à Constituição do Estado; Líder do Bloco Parlamentar Trabalhista; Líder da Oposição por duas vezes; Segundo-Secretário; Primeiro-Secretário por duas vezes; Segundo-Vice-Presidente por três vezes; 1º Vice-Presidente; Presidente deste Poder e da Assembleia Constituinte de Pernambuco. Em sua atuação política, exercida com afinco, teve, inclusive, cassado o mandato de deputado estadual.*”

Dada a justificativa exposta na solicitação feita pelo Governo do Estado, concordamos com conteúdo do referido Projeto de Lei Ordinária.

Laura Gomes Deputada

Conclusão da Comissão
<p>Desta maneira e em conformidade com o artigo 99, II, do Regimento Interno opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Resolução nº. Nº 1954/2014, de autoria do Governo do Estado.</p>
<p>Sala da Comissão de Educação e Cultura, em 7 de maio de 2014.</p>

Presidente: Laura Gomes.
Relator : Laura Gomes.
Favoráveis os (3) deputados: Laura Gomes, Raimundo Pimentel, Teresa Leitão.

Parecer N° 6111/2014

<p>Comissão de Administração Pública Projeto de Lei Ordinária Nº 1831/2014 Autoria: Deputado Antônio Moraes</p>
<p>EMENTA: PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA QUE VISA DENOMINAR DE RODOVIA PREFEITO ARI DE MORAES ANDRADE A PE 91. TRECHO QUE LIGA A CIDADE DE MACAPARANA-PE, AO DISTRITO DE PIRAUÁ, NA EXTENSÃO DE 10 QUILOMETROS. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.</p>

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 1831/2014, de autoria do Deputado Antônio Moraes, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição em discussão recebeu parecer favorável quando de sua apreciação no âmbito da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa denominar “**RODOVIA PREFEITO ARI DE MORAES ANDRADE**” a PE- 91, trecho que liga a cidade de Macaparana-PE, ao Distrito de Pirauá, com extensão de 10 quilômetros, neste Estado;

2.2- Conforme justificativa do autor, o Projeto de Lei ora em análise objetiva prestar importante homenagem póstuma ao Senhor Ari de Moraes Andrade pela sua trajetória de vida e de cidadão exemplar, oriundo de tradicional família de políticos, na cidade de Macaparana, onde foi eleito vereador por diversas vezes e prefeito, além de ter exercido alto cargo na Fazenda Federal;

2.3- O Senhor Ari de Moraes Andrade atuou com grande perseverança, e na realidade deu passos importantes em prol do desenvolvimento de Macaparana, podemr citar ainda outros grandes feitos da gestão do então prefeito Ari de Moraes Andrade, dentre eles: A instalação de uma Agência Bancária, telefonia fixa, a construção do calçamento da Avenida José Leitão. Fomentou o Centro de Saúde do Município com melhoria da infraestrutura e aquisição de materiais hospitalar;

2.4- Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, ***uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que seja prestada importante homenagem póstuma ao Senhor Ari de Moraes Andrade, com a denominação de “RODOVIA PREFEITO ARI DE MORAES ANDRADE” a PE -91, trecho que liga a cidade de Macaparana-PE, ao Distrito de Pirauá, na extensão de 10 quilômetros, neste Estado.***

<p>Isaltino Nascimento Deputado</p>
<p>3. Conclusão da Comissão</p>

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Nº 1831/2014 de autoria do Deputado Antônio Moraes.

<p>Sala da Comissão de Administração Pública, em 7 de maio de 2014.</p>
<p>Presidente em exercício: Mavíael Cavalcanti. Relator : Isaltino Nascimento. Favoráveis os (3) deputados: Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, Tony Gel.</p>

Parecer N° 6112/2014

<p>Comissão de Administração Pública Substitutivo Nº 01/2014, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça Projeto de Lei Ordinária Nº1888/2014 Autor: Deputado Isaltino Nascimento</p>
<p>EMENTA: PROPOSIÇÃO PRINCIPAL QUE VISA INSTITUIR, NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO O DIA DA AFIRMAÇÃO DO POVO XUKURU DO ORORUBÁ, A SER COMEMORADO ANUALMENTE NA DATA DE 20 DE MAIO. RECEBEU O SUBSTITUTIVO Nº 01/2014, DA PRIMEIRA COMISSÃO. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.</p>

<p>Alberto Feitosa Deputado</p>
<p>3. Conclusão da Comissão</p>

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Substitutivo Nº 01/2014, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1888/2014, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição que modifica o Projeto de Lei original foi apresentada e aprovada no âmbito da comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente proposição altera integralmente o Projeto de Lei Ordinária Nº1888/2014, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, com a finalidade de proceder alterações redacionais necessárias a fim de aperfeiçoar o Projeto de Lei original;

2.2- O Substitutivo ora em análise dispõe sobre a instituição, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, o “Dia da Afirmação do Povo Xukuru do Ororubá”, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 (vinte) de maio;

2.3- Para tanto, o “Dia da Afirmação do Povo Xukuru do Ororubá”, não será considerado feriado civil;

2.4- Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Substitutivo Nº 01/2014, apresentado pela Primeira Comissão ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1888/2014, ***está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, uma vez que evidencia o interesse público com instituição de normas legais que dispõe sobre a instituição, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, o “Dia da Afirmação do Povo Xukuru do Ororubá” do município de Pesqueira, localizada no Agreste Meridional do Estado de Pernambuco, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 (vinte) de maio.***

<p>Alberto Feitosa Deputado</p>
<p>3. Conclusão da Comissão</p>

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Substitutivo Nº 01/2014, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1888/2014, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento.

<p>Sala da Comissão de Administração Pública, em 7 de maio de 2014.</p>
<p>Presidente em exercício: Mavíael Cavalcanti. Relator : Alberto Feitosa. Favoráveis os (3) deputados: Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, Tony Gel.</p>

Parecer N° 6113/2014

<p>Comissão de Administração Pública Projeto de Lei Ordinária Nº 1920/2014 Autoria: Poder Executivo</p>
<p>EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA AUTORIZAR O ESTADO DE PERNAMBUCO A CEDER O DIREITO DE USO DE BEM IMÓVEL QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.</p>

<p>1. Relatório</p>
<p>1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 1920/2014, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Nº 047 de 3 de abril de 2014, para análise e emissão de parecer;</p>
<p>1.2- A proposição em discussão recebeu parecer favorável quando de sua apreciação no âmbito da Comissão de Constituição Legislação e Justiça a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria.</p>

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa obter autorização desta Casa Legislativa a fim de permitir que o Governo do Estado possa ceder o direito de uso, pelo prazo de 20 (vinte) anos, a título gratuito, ao Município de Afogados da Ingazeira, do bem imóvel integrante do seu patrimônio, situado na Rua Senador Paulo Guerra, nº 325, Centro, Afogados da Ingazeira, neste Estado, conforme preceituam o § 1º do art. 4º e o inciso IV do art. 15 da Constituição Estadual;

2.2- Para efeito da presente Lei, a cessão do direito de uso do bem imóvel, objeto da presente proposição legislativa tem por objetivo a instalação de Secretarias do Poder Executivo do Município de Afogados da Ingazeira. Para Tanto, a iniciativa reveste-se de grande relevância porquanto, ao propiciar a centralização de diversas secretárias municipais em um único espaço físico, objetiva melhor atender aos interesses da população local. Além disso, irá proporcionar economia aos cofres públicos do Município, que deixa de despendar valores com a locação dos diversos prédios em que se encontravam instaladas as secretárias municipais;

2.3- O imóvel objeto da cessão de uso deve destinar-se, exclusivamente, ao fim previsto no art. 2º, obrigando-se o Município de Afogados da Ingazeira, a dar-lhe a destinação devida, e bem assim a mantê-lo em bom estado de conservação e uso, sob pena de rescisão contratual, respondendo o cessionário por perdas e danos;

2.4-Findo o período de vigência da cessão de uso de que trata esta Lei, a respectiva renovação dependerá de lei específica, a teor do que dispõe o § 2º do art. 4º da Constituição Estadual;

2.5- Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, ***uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que o Governo do Estado possa ceder o direito de uso do bem imóvel, integrante de sua propriedade, ao Município de Afogados da Ingazeira, para instalação das Secretarias do Poder Executivo daquele Município, neste Estado***

<p>Alberto Feitosa Deputado</p>
<p>3. Conclusão da Comissão</p>

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 1920/2014, de autoria do Poder Executivo,

<p>Sala da Comissão de Administração Pública, em 7 de maio de 2014.</p>
<p>Presidente em exercício: Mavíael Cavalcanti. Relator : Alberto Feitosa. Favoráveis os (3) deputados: Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, Tony Gel.</p>

Parecer N° 6114/2014

<p>Comissão de Administração Pública Projeto de Lei Ordinária Nº 1921/2014 Autoria: Poder Executivo</p>
<p>EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA AUTORIZAR O ESTADO DE PERNAMBUCO A</p>

<p>CEDER, PELO PRAZO DE 30 (TRINTA) ANOS, COM ENCARGOS E SEM EXCLUSIVIDADE, O USO DO IMÓVEL QUE ESPECIFICA. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.</p>

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 1921/2014, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Nº 048 de 3 de abril de 2014, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição em discussão recebeu parecer favorável quando de sua apreciação no âmbito da Comissão de Constituição Legislação e Justiça a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa colher autorização desta Casa Legislativa a fim de permitir que o Governo do Estado possa ceder, pelo prazo de 30 (trinta) anos, com encargos e sem exclusividade, à Escola de Formação de Aeronautas - Aeroclube de Pernambuco, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.580.629/0001-01, o uso do imóvel situado na Ilha de Itamaracá, neste Estado, com área de 56 ha (cinquenta e seis hectares), individualizado conforme Memorial Descritivo constante do Anexo Único; nos termos do § 1º do art, 4º da Constituição Estadual;

2.2- Para efeito da presente Lei a cessão de uso referida no art. 1º da Lei em comento, não implica estabelecimento de exclusividade em favor da entidade nele mencionada, podendo o Estado de Pernambuco dar ao imóvel outras destinações, desde que não sejam incompatíveis com o uso do bem por parte da referida entidade;

2.3- Constituem encargos da cessão de uso de que trata o art. 1º da presente Lei os seguintes dispositivo: I- desenvolvimento de operação aeroportuária e de atividades de ensino, pesquisa e inovação em aviação no imóvel objeto da doação; II- a construção das instalações físicas necessárias ao atendimento do encargo disposto no inciso I deste artigo;

2.4-Em caso de não atendimento aos encargos estabelecidos no art. 2º, operar-se-á a resolução da cessão do uso do imóvel, revertendo o bem à utilização exclusiva por parte do Estado de Pernambuco, que a ele dará a destinação legal que à época da reversão se revelar mais adequada;

2.5- Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, ***uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que o Governo do Estado possa ceder o direito de uso do bem imóvel, integrante de sua propriedade, situado na Ilha de Itamaracá, pelo prazo de 30 (trinta) anos, com encargos e sem exclusividade, à Escola de Formação de Aeronautas - Aeroclube de Pernambuco, neste Estado.***

<p>Tony Gel Deputado</p>
<p>3. Conclusão da Comissão</p>

<p>Sala da Comissão de Administração Pública, em 7 de maio de 2014.</p>
<p>Presidente em exercício: Mavíael Cavalcanti. Relator : Tony Gel. Favoráveis os (3) deputados: Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, Tony Gel.</p>

Parecer N° 6115/2014

<p>Comissão de Administração Pública Projeto de Lei Ordinária Nº 1924/2014 Autoria: Poder Executivo</p>
<p>EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA ALTERAR A LEI Nº 13.614, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2008, QUE CONSOLIDA E REVISA AS NORMAS DISCIPLINADORAS DO CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DE PERNAMBUCO - CONSEMA/PE. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.</p>

<p>1. Relatório</p>
<p>1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 1924/2014, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Nº 051 de 3 de abril de 2014, para análise e emissão de parecer;</p>
<p>1.2- A proposição em discussão encontra-se tramitando nesta Casa Legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição Estadual.</p>

2. Parecer do Relator

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 1924/2014, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Nº 051 de 3 de abril de 2014, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição em discussão encontra-se tramitando nesta Casa Legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição Estadual.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa colher autorização deste Poder Legislativo, a fim de permitir que o Governo do Estado possa altera a Lei nº 13.614, de 4 de novembro de 2008, que consolida e revisa as normas disciplinadoras do Conselho Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco - CONSEMA/PE;

2.2- A modificação proposta na presente Lei altera os arts, 2º, 5º, 6º, 7º e 8º da Lei nº 13.614, de 4 de novembro 2008, com o objetivo de ampliar a composição do CONSEMA/PE, para 48 (quarenta e oito) membros, de forma igualitária entre o segmento Governamental quanto do segmento Não Governamental;

2.3-O Conselho Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco é órgão colegiado, paritário, consultivo e deliberativo, formado por representantes de entidades governamentais e da sociedade civil organizada, diretamente vinculado à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS/PE,

2.4-No entanto, a iniciativa visa a compatibilizar a referida Lei nº 13.614, de 2008, com as alterações na estrutura e no funcionamento do Poder Executivo Estadual, promovidas pela Lei nº 15.225, de 30 de dezembro de 2013, que alterou a estrutura do Poder Executivo;

2.5-Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este

Colegiado Técnico, ***uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que o Governo do Estado possa alterar a Lei nº 13.614, de 4 de novembro de 2008, que consolida e revisa as normas disciplinadoras do Conselho Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco - CONSEMA/PE, neste Estado.***

<p>Isaltino Nascimento Deputado</p>
<p>3. Conclusão da Comissão</p>

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 1924/2014, de autoria do Poder Executivo,

<p>Sala da Comissão de Administração Pública, em 7 de maio de 2014.</p>
<p>Presidente em exercício: Mavíael Cavalcanti. Relator : Isaltino Nascimento. Favoráveis os (3) deputados: Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, Tony Gel.</p>

Parecer N° 6116/2014

<p>Comissão de Administração Pública Projeto de Lei Complementar Nº 1933/2014 Autoria: Poder Executivo</p>
<p>EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA MODIFICAR AS LEIS Nº 10.489, DE 2 DE OUTUBRO DE 1990, E Nº 14.924, DE 18 DE MARÇO DE 2013, RELATIVAMENTE A DEFINIÇÕES DE CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DA PARTE DO ICMS QUE CABE AOS MUNICÍPIOS. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.</p>

<p>1. Relatório</p>
<p>1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Complementar Nº 1933/2014, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem Nº 060 de 03 de abril de 2014, de autoria do Poder Executivo, para análise e emissão de parecer;</p>
<p>1.2- A proposição encontra-se tramitando nesta Casa Legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição Estadual.</p>

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa colher autorização do Projeto de Lei Complementar Nº 1933/2014, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem Nº 060 de 03 de abril de 2014, de autoria do Poder Executivo, para análise e emissão de parecer;

2.2- A proposição encontra-se tramitando nesta Casa Legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição Estadual.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa colher autorização deste Poder Legislativo, a fim de permitir que o Governo do Estado possa promover ajustes nas Leis nº 10.489, de 2 de outubro de 1990, que disciplina os critérios de distribuição da parte do ICMS que cabe aos Municípios, bem como a Lei nº 14.924, de 18 de março de 2013, que institui o Selo Pacto pela Vida de Prevenção e Redução da Criminalidade nos Municípios - SPPV do Estado de Pernambuco, com a finalidade de aperfeiçoar a sistemática de repartição do referido imposto neste Estado, relativamente ao Índice de Participação dos Municípios – IPM;

2.2- O Projeto de Lei Complementar ora em análise consiste basicamente em modifica as Leis nº 10.489, de 2 de outubro de 1990, e nº 14.924, de 18 de março de 2013, relativamente á definições de critérios de distribuição da parte do ICMS que cabe aos Municípios, nos seguintes critérios: Manter, durante o exercício de 2015, os mesmos critérios de definição dos referidos índices de participação utilizados nos anos de 2010 a 2014; promover ajustes, a partir do exercício de 2016, nos percentuais relativos á participação de cada Município na receita do ICMS, correspondentes à área de Segurança, da seguinte forma:

1-alterar de 2% (dois por cento) para 1% (um por cento) o percentual relativo ao critério "número de Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI, por 100.000 (cem mil) habitantes, ocorridos no Município";

2-estabelecer o percentual de 1% (um por cento) relativo ao critério "Município que possui o Selo Pacto pela Vida de Prevenção e Redução da Criminalidade nos Municípios - SPPV, instituído pela Lei nº 14.924, de 18 de março de 2013".

2.3-Vale registrar, que o presente Projeto de Lei é particularmente importante, uma vez que os critérios definidos pela Lei nº 14.881, de 14 de dezembro de 2012, geraram índices a serem aplicados em 2015 com sérias distorções, impondo perdas imensas aos Municípios pequenos, que deixam de existir. Com a correção agora proposta na Lei nº 14.924, de 18 de março de 2013".

2.4-O descumprimento do disposto no artigo 2º da presente Lei, implica imediato cancelamento do benefício concedido por esta Lei Complementar, restaurando-se integralmente o crédito tributário ao seu valor original;

2.5-No mais, com a modificação da a Lei nº 14.924, de 18 de março de 2013, fica definido que a partir do exercício de 2016, a circunstância dos Municípios que possuir o SPPV deve ser incluída entre os critérios de distribuição da parcela da receita do ICMS que cabe aos Municípios, de que trata a Lei nº 10.489, de 2 de outubro de 1990;

2.6-Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico ***uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que o Governo do Estado possa promover ajustes na Lei nº 10.489, de 2 de outubro de 1990, que disciplina os critérios de distribuição da parte do ICMS que cabe aos Municípios, bem como na Lei nº 14.924, de 18 de março de 2013, que instituiu o Selo Pacto pela Vida de Prevenção e Redução da Criminalidade nos Municípios - SPPV do Estado de Pernambuco.***

<p>Alberto Feitosa Deputado</p>
<p>3. Conclusão da Comissão</p>

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Complementar Nº 1933/2014, de autoria do Poder Executivo.

<p>Sala da Comissão de Administração Pública, em 7 de maio de 2014.</p>
<p>Presidente em exercício: Isaltino Nascimento. Relator : Alberto Feitosa. Favoráveis os (3) deputados: Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, Tony Gel.</p>

Parecer N° 6117/2014

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 1936/2014
Autoria: Poder Executivo

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA DISCIPLINAR A PROMOÇÃO, O FOMENTO E O INCENTIVO AO AUDIOVISUAL NO ÂMBITO DO ESTADO DE PERNAMBUCO E CRIA O CONSELHO CONSULTIVO DO AUDIOVISUAL DE PERNAMBUCO. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 1936/2014, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Nº 063 de 3 de abril de 2014, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição em discussão recebeu parecer favorável quando de sua apreciação no âmbito da Comissão de Constituição Legislação e Justiça a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa obter autorização desta Casa Legislativa a fim de permitir que o Governo do Estado possa disciplinar a promoção, o fomento e o incentivo ao audiovisual no âmbito do Estado de Pernambuco;

2.2- A proposição tem por objetivo principal a institucionalização de edital próprio para o segmento de audiovisual, dentro do Fundo Pernambucano de Incentivo a Cultura - Funcultura, garantindo, ainda, a anualidade e aporte financeiro mínimo que o referido edital deverá observar. A promoção, o fomento e o incentivo ao audiovisual pelo Estado de Pernambuco, em todas as suas atividades, serão norteados pelos seguintes princípios: - liberdade de expressão e criação artística, vedada qualquer espécie de censura; - expressão da diversidade cultural; inovação; - transparência nos processos de seleção dos produtos incentivados e na destinação dos recursos para o audiovisual; e - respeito à igualdade de gênero, raça e etnia, e inclusão das diferenças

2.3- Para efeito da presente Lei, fica instituído, no âmbito do Estado de Pernambuco, vinculado à Secretaria de Cultura, o Conselho Consultivo do Audiovisual de Pernambuco, com a finalidade de proporcionar a participação democrática da sociedade no desenvolvimento de políticas públicas que garantam a promoção, o fomento e o incentivo ao audiovisual no Estado, composto por representantes de órgãos do poder público e da sociedade civil, de forma paritária. Os membros do Conselho Consultivo do Audiovisual de Pernambuco serão designados para mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos, uma única vez, por igual período. Os representantes do Poder Público, em número de 9 (nove); A participação no Conselho Consultivo do Audiovisual de Pernambuco não será remunerada e será considerada serviço público relevante. Os eventuais deslocamentos dos membros do Conselho Consultivo do Audiovisual de Pernambuco serão objeto de análise e deliberação pelo Secretário de Cultura. O Regimento Interno do Conselho Consultivo do Audiovisual de Pernambuco será elaborado por seus membros e aprovado por decreto do Governador do Estado;

2.4- Os membros do Conselho Consultivo do Audiovisual de Pernambuco poderão apresentar projetos para concorrer aos Editais do Funcultura Audiovisual, exceto os ligados à Secretaria de Cultura e à FUNDARPE. O Conselho Consultivo do Audiovisual de Pernambuco será instalado em até 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Lei. O regimento interno do Conselho Consultivo do Audiovisual de Pernambuco, bem como as disposições complementares a esta Lei, serão objeto de decreto, editado em até 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da publicação desta Lei;

2.5 - Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que o Governo do Estado possa instituir o Conselho Consultivo do Audiovisual de Pernambuco, com a finalidade de proporcionar a participação democrática da sociedade no desenvolvimento de políticas públicas que garantam a promoção, o fomento e o incentivo ao audiovisual no Estado, composto por representantes de órgãos do poder público e da sociedade civil, de forma paritária.

Tony Gel
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 1936/2014, de autoria do Poder Executivo,

Sala da Comissão de Administração
Pública, em 7 de maio de 2014.

Presidente em exercício: Mavíael Cavalcanti.
Relator : Tony Gel.
Favoráveis os (3) deputados: Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, Tony Gel.

Parecer N° 6118/2014

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Resolução Nº 1953/2014
Autoria: Mesa Diretora

EMENTA: PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA QUE VISA DENOMINAR DE “SENADOR SÉRGIO GUERRA O AUDITÓRIO DO EDIFÍCIO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES DE ALENCAR”. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Resolução Nº 1953/2014, de autoria da Mesa Diretora, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição em discussão recebeu parecer favorável quando de sua apreciação no âmbito da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa denominar “*SENADOR SÉRGIO GUERRA O AUDITÓRIO*” do Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, o prédio que abrigará o plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, localizado na Rua da União, S/n, Boa Vista, Recife Pernambuco;

2.2- Conforme justificativa do autor, o Projeto de Lei ora em análise objetiva prestar importante homenagem póstuma ao Senador Sérgio Guerra, pela sua trajetória de vida pública, como político e cidadão exemplar, oriundo de tradicional famílias política, filho do Senhor Pio Guerra e irmão de José Carlos, ambos deputados federais;

2.3-O Senador Sérgio Guerra ocupou diversos cargos, tais como Deputado Estadual em 1981, deputado Federal em 1986, Secretário de Indústria, Comércio e Turismo, Secretário de Ciência e Tecnologia, de Pernambuco, deputado federal novamente nos anos de 1990/1994 e 1998, Senador da República de 2002/2010 e, finalmente, deputado Federal em 2011 até o dia em que veio a falecer. Teve ainda participação no primeiro governo de Jarbas Vasconcelos como Secretário Extraordinário. Em 2007 foi eleito presidente nacional do PSDB, até esta data;

2.4-Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Resolução está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, *uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que seja prestada importante homenagem póstuma ao Senador Sérgio Guerra, com a denominação do “SENADOR SÉRGIO GUERRA O AUDITÓRIO” localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, na cidade do Recife, neste Estado.*

Isaltino Nascimento
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Resolução Nº 1953/2014, de autoria da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

Sala da Comissão de Administração
Pública, em 7 de maio de 2014.

Presidente em exercício: Mavíael Cavalcanti.
Relator : Isaltino Nascimento.
Favoráveis os (3) deputados: Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, Tony Gel.

Parecer N° 6119/2014

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Resolução Nº 1954/2014
Autoria: Mesa Diretora

EMENTA: PROPOSIÇÃO LEGISLATIVA QUE VISA DENOMINAR DE “DEPUTADO JOÃO FERREIRA LIMA FILHO” O PLENARINHO LOCALIZADO NO EDIFÍCIO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES DE ALENCAR”. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Resolução Nº 1954/2014, de autoria da Mesa Diretora, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição em discussão recebeu parecer favorável quando de sua apreciação no âmbito da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa denominar “ *Deputado João Ferreira Lima Filho*”, o Plenarinho localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, o futuro espaço de discussões e votações desta Casa Legislativa. A presente denominação visa homenagear a figura política de grande atuação neste Poder Legislativo e de imensa importância para a história do Estado de Pernambuco; .

2.2- Conforme justificativa da Mesa Diretora, o Projeto de Resolução ora em análise objetiva prestar importante homenagem póstuma ao Deputado Estadual João Ferreira Lima, pela sua trajetória de vida pública, como político e cidadão exemplar, exerceu vários cargos dentre ele Prefeito dos Municípios de Timbaúba e de Aliança, bem como neste Poder Legislativo , dentre eles membro de diversas Comissão Permanentes, participou da comissão especial de análise ao Regimento Interno e de sua adaptação à Constituição do Estado. ainda como Presidente deste Poder e ainda Presidente da Assembleia Constituinte de Pernambuco, foi sobre sua presidência que se promulgou a vigente Constituição do Estado;

2.3- O Deputado João Ferreira Lima, era natural de Timbaúba, onde prestou significativa contribuição à cena política pernambucana, especialmente quando presidiu esta casa no biênio 1987 -1989, em plena constituinte estadual. Em reconhecimento de sua empreitada durante a constituinte, a qual culminou com a Carta Magna Estadual, oportuno criou-se, com a Resolução nº 924/2009, a Medalha Comemorativa Deputado João Ferreira Lima Filho em comemoração aos 20 anos da Constituição do Estado de Pernambuco;;

2.4-Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Resolução está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, *uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que seja prestada importante homenagem póstuma ao Deputado João Ferreira Lima, com a denominação do “ DEPUTADO JOÃO FERREIRA LIMA DO PLENARINHO”, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar.*

Tony Gel
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Resolução Nº 1954/2014, de autoria da Mesa Diretora.

Sala da Comissão de Administração
Pública, em 7 de maio de 2014.

Presidente em exercício: Mavíael Cavalcanti.
Relator : Tony Gel.
Favoráveis os (3) deputados: Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, Tony Gel.

Parecer N° 6120/2014

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 1966/2014
Autoria: Poder Executivo

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA MODIFICAR A LEI Nº 15.212, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013, QUE ALTERA A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO, DA SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 1966/2014, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Nº 071 de 16 de abril de 2014, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição em discussão encontra-se tramitando nesta Casa Legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição Estadual.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa obter autorização deste Poder Legislativo a fim de permitir que o Governo do Estado possa alterar a Lei nº 15.212, de 19 de dezembro de 2013, que altera a estrutura organizacional da Polícia Civil, da Secretaria de Defesa Social, neste Estado de Pernambuco;

2.2- O Projeto de Lei em apreço objetiva melhorar a estrutura organizacional da Polícia Civil de Pernambuco e decorrente da necessidade de incrementar o desempenho dos serviços de segurança pública, em face das especificidades das ocorrências policiais em regime de plantão. A modificação do inciso II do art. 7º da referida Lei nº 15.212, de 2013, para incluir na competência da Central de Plantões da Capital, diretamente será subordinada à Diretoria Integrada Metropolitana, a conclusão de Autos de Prisão em Flagrante Delito nas ocorrências a ela encaminhadas

2.3-A alteração proposta modifica o inciso II do art. 7º da Lei nº 15.212, de 19 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte modificação
"Art. 7.....
....."

II - atuar, preferencialmente no Município do Recife, na lavratura e conclusão de Autos de Prisão em Flagrante Delito, instauração de Inquéritos Policiais e lavratura de Termos Circunstanciados, nas ocorrências a ela encaminhadas; (NR)

.....
....."

2.4-Por oportuno, em atendimento ao que dispõe o § 3º do art. 2º do Decreto 31.926, de 12 de junho de 2008, informo que a alteração proposta não implica em aumento da despesa, razão pela qual deixo de indicar dotação orçamentária;

2.5- Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, *uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que o Governo do Estado possa modificar a Lei nº 15.212, de 19 de dezembro de 2013, que altera a estrutura organizacional da Polícia Civil de Pernambuco, da Secretaria de Defesa Social, objetivando incrementar o desempenho dos serviços de segurança pública, em face das especificidades das ocorrências policiais em regime de plantão, no âmbito do Estado de Pernambuco.*

Tony Gel
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 1966/2014, de autoria do Poder Executivo,

Sala da Comissão de Administração
Pública, em 7 de maio de 2014.

Presidente em exercício: Mavíael Cavalcanti.
Relator : Tony Gel.
Favoráveis os (3) deputados: Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, Tony Gel.

Parecer N° 6121/2014

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 1977/2014
Autoria: Poder Judiciário do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA INSTITUIR, NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, O BÔNUS DE DESEMPENHO JURISDICIONAL – BDJ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 1977/2014, de autoria do Poder Executivo, através do Ofício Nº 490 de 28 de abril de 2014, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição em discussão recebeu parecer favorável quando de sua apreciação no âmbito da Comissão de Constituição Legislação e Justiça a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura objetiva colher autorização deste Poder Legislativo, a fim de permitir que o Poder Judiciário do Estado possa instituir, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, Bônus de Desempenho Jurisdicional - BDJ, correspondente a uma premiação anual por resultados, em função do desempenho dos servidores no auxílio à prestação jurisdicional, de acordo com o cumprimento de metas previamente definidas, nos termos de Regulamento próprio aprovado por Resolução do Tribunal de Justiça;

2.2- Para efeito da presente Lei, o objetivo da proposição em instituir, no âmbito do Poder Judiciário do Estado, o Bônus de Desempenho Jurisdicional - BDJ, é incitar o engajamento ainda maior dos nossos servidores na persecução de um serviço judicial célere e eficiente, tornando a atividade da área fim atraente, desafiadora e menos burocratizante. Haverá, sem dúvida, aumento do grau de motivação e mais envolvimento dos servidores na busca da eficiência nos serviços judiciais, materializada no cumprimento de resultados diretamente relacionados à melhoria da prestação jurisdicional e aferidos por indicadores objetivos.

2.3-Para tanto, os Bônus de Desempenho Jurisdicional - BDJ, correspondente a uma premiação anual por resultados, vinculada ao alcance de metas diretamente relacionadas à prestação jurisdicional, a ser paga aos servidores efetivos e comissionados em pleno exercício na área fim, nos termos de Regulamento próprio aprovado por Resolução do Tribunal de Justiça. O valor do Bônus de Desempenho Jurisdicional - BDJ corresponderá a, no máximo, 100% da remuneração mensal do servidor beneficiado;

2.4-No mais, a presente proposição remete a Resolução do Tribunal de Justiça os critérios para a definição das metas, para a avaliação dos resultados e para pagamento do Bônus de Desempenho Jurisdicional – BDJ, observando, no mínimo, que (a) o pagamento será proporcional ao tempo de efetivo exercício do servidor na unidade premiada; (b) o período de avaliação dos resultados não seja superior a um ano; (c) o pagamento deverá ser realizado em até 06 (seis) meses após o término do período anual de aferição dos resultados.

2.5-Para maior esclarecimento, o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe tem experiência exitosa e reconhecida pelo Conselho Nacional de Justiça, consistente em premiar seus servidores em razão direta do desempenho na atividade fim. A Lei 6.351, de 4 de janeiro de 2008, do Estado de Sergipe instituiu gratificação anual para premiar servidores que se destaquem no desempenho das suas atividades. O Estado de São Paulo, ao seu turno, desde 2008, criou o Bônus por Resultados – BR, no âmbito da Secretaria estadual de Educação, visando ao estímulo ao cumprimento de metas previamente estabelecidas. A Lei Complementar nº 217, de 31 de outubro de 2012, do Estado de Pernambuco criou o Bônus de Desempenho Anual, vinculado ao alcance de metas de programas governamentais

2.6- Ademais, consigne-se, por derradeiro, que a política nacional de priorização do primeiro grau de jurisdição, patrocinada pelo Conselho Nacional de Justiça, recomenda que, "como medida de incentivo, os Tribunais da Justiça dos Estados poderão instituir gratificação anual a servidores lotados nas unidades mais produtivas, segundo critérios e objetivos a serem estabelecidos em lei específica e regulamento próprio" (v. art. 18 da minuta de Resolução do CNJ, que dispõe sobre a distribuição de força de trabalho e de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus e dá outras providências). Pontue-se, por fim, que a remuneração por desempenho, que constitui uma prestação pecuniária eventual e variável, que nem integra nem se incorpora aos vencimentos, proventos ou pensões para nenhum efeito, não representa uma iniciativa inédita no serviço público, nem mesmo no Poder Judiciário;

2.7- Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, *uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que o Poder Judiciário do Estado possa instituir, Bônus de Desempenho Jurisdicional - BDJ, correspondente a uma premiação anual por resultados, vinculado ao alcance de metas diretamente relacionadas à prestação jurisdicional, a ser paga aos servidores efetivos e comissionados em pleno exercício na área fim, nos termos de Regulamento próprio, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco.*

Isaltino Nascimento
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 1977/2014, de autoria do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco.

Sala da Comissão de Administração
Pública, em 7 de maio de 2014.

Presidente em exercício: Mavíael Cavalcanti.
Relator : Isaltino Nascimento.
Favoráveis os (3) deputados: Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, Tony Gel.

Parecer N° 6122/2014

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 1990/2014
Autoria: Poder Executivo

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE VISA AUTORIZAR O ESTADO DE PERNAMBUCO A ALIENAR O BEM IMÓVEL ONDE FICA LOCALIZADO INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DO ESTADO – IRH-PE, EM CARUARU-PE. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 1990/2014, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Nº 081 de 5 de maio de 2014, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição em discussão encontra-se tramitando nesta Casa Legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição Estadual.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura visa colher autorização desta Casa Legislativa a fim de permitir que o Governo do Estado possa alienar o bem imóvel de que trata o art. 1º com a finalidade de viabilizar a aquisição, pelo Estado de Pernambuco, de outro bem imóvel, para nele ser instalada a Agência do Instituto de Recursos Humanos – IRH de Caruaru, neste Estado.;

2.2- A proposição em discussão, objetiva viabilizar a alienação do bem imóvel registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Caruaru, sob a matrícula nº 17.921, Livro 02-BN, fl.197, em 01 de julho de 1985, localizado à Rua Martins Júnior, nº 58, Centro, Caruaru, neste Estado, edificado em terreno próprio, medindo 9,60m x 22,00m, com área superficial de 211,20 m2 e área construída de 480,76 m2, limitando-se, pela frente, com a rua Martins Júnior; pelo lado direito, com a Trav. Sete de Setembro; pelo lado esquerdo, com o prédio nº 48, da rua Martins Júnior e, pelos fundos, com o prédio nº 258, da rua Vigário Freire, no município de Caruaru;

2-3-; Ademais, o Instituto de Recursos Humanos do Estado – IRH-PE, por meio do Sistema de Assistência à Saúde do Servidor de Pernambuco – SASSEPE, tem como um dos seus serviços a prestação de assistência médica em várias especialidades na rede credenciada e na sua rede própria, que é composta de unidades na capital e de treze agências no interior do Estado. Para que a prestação desses serviços seja satisfatória, é necessário que a estrutura física dos prédios onde estão instaladas as agências seja adequada à recepção do público.

2.4-Ocorre que as limitações na estrutura física da mencionada Agência, aliadas à inviabilidade de uma reforma para adequação do seu espaço físico, de forma a atender às normas de acessibilidade e a viabilizar a disponibilização de área para estacionamento de veículos, vêm causando muitos transtornos aos usuários e aos servidores que ali trabalham;

2-5-É imperioso destacar, que em face disso, mostra-se necessário, bem como conveniente e oportuno à Administração Pública estadual, proceder à alienação do imóvel de que ora se cuida, com a finalidade de viabilizar a aquisição, pelo Estado de Pernambuco, de outro bem imóvel, para nele ser instalada a mencionada agência;

2.6- Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, **uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que o Governo do Estado possa alienar o bem imóvel de que trata a presente Lei, com a finalidade de viabilizar a aquisição de outro imóvel pelo Estado de Pernambuco, para nele ser instalada a Agência do Instituto de Recursos Humanos – IRH de Caruaru, com o objetivo de atender as demandas do Sistema de Assistência à Saúde do Servidor de Pernambuco – SASSEPE, que tem como um dos seus serviços a prestação de assistência médica em várias especialidades na rede credenciada, e na sua para que a prestação dos serviços do SASSEPE, seja satisfatório, é necessário que a estrutura física dos prédios onde estão instaladas as agências seja adequada à recepção do público nele credenciado.**

Alberto Feitosa
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 1990/2014, de autoria do Poder Executivo,

Sala da Comissão de Administração
Pública, em 7 de maio de 2014.

Presidente em exercício: Mavíael Cavalcanti.
Relator : Alberto Feitosa.
Favoráveis os (3) deputados: Alberto Feitosa, Isaltino Nascimento, Tony Gel.

Parecer N° 6123/2014

Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação
PARECER AO SUBSTITUTIVO Nº 01/2014
AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1519/2013
Origem: Poder Legislativo do Estado de Pernambuco
Autoria: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1519/2013. ***Pela Aprovação.***

1.Histórico

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o **Substitutivo nº 01/2014**, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1519/2013**, de autoria do Deputado Gustavo Negromonte.

A proposição original “dispõe sobre a exigência de vistoria anual com laudo técnico acompanhado da respectiva via da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART – para utilização de brinquedos em parques infantis de educação infantil, ensino fundamental público ou privado, bufês, parques públicos, de diversão, condomínios, hotéis, clubes e similares e dá outras providências”.

É justa preocupação do legislador em face do perigo de graves acidentes com crianças que frequentam parques de recreação infantil, com precário ou mesmo sem nenhum trabalho de manutenção.

2. Parecer do Relator

A Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, apresentou sua colaboração para o aperfeiçoamento da proposição na forma do Substitutivo em apreciação. No entanto, ao examinar a matéria, dentro da temática da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, julgo necessário sugerir a seguinte Subemenda Supressiva a esse Substitutivo.

Subemenda Supressiva nº 01/2014 ao Substitutivo nº 01/2014 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1519/2013.

Art. 1º Fica suprimido o art. 3º do Substitutivo nº 01/2014, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1519/2013.

Art. 2º Renumerem-se os artigos subsequentes.

Justificativa

O artigo, cuja supressão é sugerida, trata da forma como serão cobertas as despesas de responsabilidade do erário que advirão da aplicação da Lei ora proposta, atribuição privativa do Poder Executivo responsável pela execução orçamentária. Por outro lado, não foram apresentadas estimativas do impacto financeiro advindas dessa Lei. Entendo, pois que essa questão só deva ser abordada em fase posterior, quando da regulamentação da matéria por aquele Poder.

Dessa maneira, opino favoravelmente pela **aprovação do Substitutivo nº 01/2014, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1519/2013**, juntamente com a subemenda ora apresentada.

Terezinha Nunes
Deputada

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, decide este Colegiado pela **aprovação do Substitutivo nº 01/2014, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1519/2013**, de autoria do Deputado Gustavo Negromonte, ressaltando a necessidade da observância da Subemenda Supressiva apresentada neste parecer.

Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e
Tributação, em 7 de maio de 2014.

Presidente: Clodoaldo Magalhães.
Relator : Terezinha Nunes.
Favoráveis os (3) deputados: Alberto Feitosa, Henrique Queiroz, Tony Gel.

Parecer N° 6124/2014

Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação
PARECER AO SUBSTITUTIVO Nº 01/2014
AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1597/2013
Origem: Poder Legislativo do Estado de Pernambuco
Autoria: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1597/2013. ***Pela Aprovação.***

1.Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o **Substitutivo nº 01/2014**, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1597/2013**, de autoria do Deputado Adalto Santos.

A proposição original tem como propósito a prevenção da pedofilia, por meio da internet, a mais livre e abrangente forma de comunicação atual. A rede mundial é a tradução da liberdade de comunicação entre os povos e é justamente esta sua característica que a torna formidável e temível, ao mesmo tempo.

Com o intuito de aprimorar o conteúdo original, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, considerou necessária a apresentação do **Substitutivo nº 01/2014**, ora em apreciação.

A principal alteração proposta no substitutivo foi a de obrigar a disponibilização de um exemplar impresso da Cartilha de Orientação às Crianças para prevenção contra a pedofilia via internet, nas bibliotecas das escolas públicas e privadas deste Estado, bem como, em formato digital, no sítio eletrônico do Governo do Estado.

2. Parecer do Relator

A matéria, tal como se apresenta, não implica em aumento ou diminuição de receita ou da despesa pública e nem aborda questões de natureza tributária, não cabendo, portanto, pronunciamento quanto à adequação financeira, orçamentária ou tributária.

Fundamentado no exposto e considerando a inexistência de conflitos com as legislações, orçamentárias, financeiras e tributárias, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, seja pela **aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1597/2013**, de autoria do Deputado Adalto Santos, nos termos do **Substitutivo nº 01/2014**, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Terezinha Nunes
Deputada

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, considera que o **Projeto de Lei Ordinária nº 1597/2013**, de autoria do Deputado Adalto Santos, nos termos do **Substitutivo nº 01/2014**, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, está em condições de ser **aprovado**.

Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e
Tributação, em 7 de maio de 2014.

Presidente: Clodoaldo Magalhães.
Relator : Terezinha Nunes.
Favoráveis os (3) deputados: Alberto Feitosa, Henrique Queiroz, Tony Gel.

Parecer N° 6125/2014

Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação
PARECER AO SUBSTITUTIVO Nº 01/2014
AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1701/2013
Origem: Poder Legislativo do Estado de Pernambuco
Autoria: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1701/2013. ***Pela Aprovação.***

1.Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o **Substitutivo nº 01/2014**, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao **Projeto de Lei Ordinária nº 1701/2013**, de autoria do Deputado Sérgio Leite.

A propositura original tem como objetivo tornar obrigatória a adequação dos projetos a serem executados em rodovias estaduais que cruzam municípios que atravessem corredores ecológicos e de unidades de conservação a possuírem passa-fauna.

Com o intuito de aprimorar o conteúdo original, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, considerou necessária a apresentação do **Substitutivo nº 01/2014**, ora em apreciação.

A principal alteração proposta no substitutivo foi a de tornar obrigatória o “passa-fauna” ou a passagem subterrânea em rodovias estaduais intermunicipais, nas quais haja corredores ecológicos e unidades de conservação, para passagem de animais.

Ainda sobre as alterações do mencionado Substitutivo, a obrigatoriedade somente será aplicada aos projetos de rodovias estaduais desenvolvidos a partir da entrada em vigor desta Lei.

2. Parecer do Relator

A matéria, tal como se apresenta, não implica em aumento ou diminuição de receita ou da despesa pública e nem aborda questões de natureza tributária, não cabendo, portanto, pronunciamento quanto à adequação financeira, orçamentária ou tributária.

Fundamentado no exposto e considerando a inexistência de conflitos com as legislações, orçamentárias, financeiras e tributárias, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, seja pela **aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1701/2013**, de autoria do Deputado Sérgio Leite, nos termos do **Substitutivo nº 01/2014**, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Terezinha Nunes
Deputada

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, considera que o **Projeto de Lei Ordinária nº 1701/2013**, de autoria do Deputado Sérgio Leite, nos termos do **Substitutivo nº 01/2014**, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, está em condições de ser **aprovado**.

Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e
Tributação, em 7 de maio de 2014.

Presidente: Clodoaldo Magalhães.
Relator : Terezinha Nunes.
Favoráveis os (3) deputados: Alberto Feitosa, Henrique Queiroz, Tony Gel.

Parecer N° 6126/2014

Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação
PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1921/2014
Origem: Poder Executivo do Estado de Pernambuco
Autoria: Governador do Estado de Pernambuco

Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso do imóvel que indica. ***Pela aprovação.***

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1921/2014, originado do Poder Executivo, encaminhado pelo Poder Executivo através da Mensagem nº 048/2014, de 03 de abril de 2014,

A matéria pretende colher autorização legislativa para que o Estado de Pernambuco possa ceder, pelo prazo de 30 (trinta) anos, com encargos e sem exclusividade, o uso do imóvel que especifica.

A propositura visa viabilizar a cessão do uso, com encargos e sem exclusividade, à Escola de Formação de Aeronautas – Aeroclube de Pernambuco, de imóvel com 56 ha (cinquenta e seis hectares), situado na Ilha de Itamaracá, neste Estado.

A cessão do uso terá como encargos:

- o desenvolvimento de operação aeroportuária e de atividades de ensino, pesquisa e inovação em aviação no imóvel;

- a construção das instalações físicas necessárias ao atendimento do encargo acima descrito.

A propositura esclarece que em caso de não atendimento a tais encargos, operar-se-á a resolução da cessão do uso do imóvel, revertendo o bem à utilização exclusiva por parte do Estado de Pernambuco, que a ele dará a destinação que então se revelar legalmente mais adequada.

Cabe destacar que a cessão de uso proporcionará à Escola de Formação de Aeronautas - Aeroclube de Pernambuco a retomada do desenvolvimento das suas atividades, cuja interrupção é consequência da doação de que trata a Lei nº 15.148, de 13 de novembro de 2013, que beneficia o Município do Recife com o domínio útil da totalidade do terreno acrescido de marinha, Lote 136, com a denominação “Encanta Moça”, parcialmente utilizado pela entidade em questão.

2. Parecer do Relator

A cessão de direito de uso do imóvel de que trata a matéria encontra-se devidamente justificada e legalmente respaldada, cumprindo as exigências da Constituição Estadual, particularmente do seu art. 4º, inciso V, §§ 1º e 2º.

A matéria não implica em aumento ou diminuição de receita ou da despesa públicas e nem aborda questões de natureza tributária, não cabendo, portanto, pronunciamento quanto à adequação financeira, orçamentária ou tributária.

Dessa maneira, declaro-me favorável à **aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1921/2014**, oriundo do Poder Executivo.

Tony Gel
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer fundamentado do relator, decide este Colegiado pela **aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1921/2014**, oriundo do Poder Executivo.

Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e
Tributação, em 7 de maio de 2014.

Presidente: Clodoaldo Magalhães.
Relator : Tony Gel.
Favoráveis os (3) deputados: Alberto Feitosa, Henrique Queiroz, Terezinha Nunes.

Parecer N° 6127/2014

Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação
PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1.936/2014
Origem: Poder Executivo do Estado de Pernambuco
Autoria: Governador do Estado de Pernambuco

Ementa: Disciplina a promoção, o fomento e o incentivo ao audiovisual no âmbito do Estado de Pernambuco e cria o Conselho Consultivo do Audiovisual de Pernambuco. ***Pela aprovação.***

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, através da Mensagem Governamental Nº 63/2014, de 03 de abril de 2014, o **Projeto de Lei Ordinária Nº 1.936/2014**, de origem do Poder Executivo.

A proposição em análise tem por objetivo disciplinar a promoção, o fomento e o incentivo ao audiovisual no âmbito do Estado de Pernambuco e criar o Conselho Consultivo do Audiovisual de Pernambuco.

Conforme dispõe o artigo 2º da matéria, a promoção, o fomento e o incentivo ao audiovisual pelo Estado de Pernambuco, em todas as suas atividades, serão norteados pelos seguintes princípios: I - liberdade de expressão e criação artística, vedada qualquer espécie de censura; II - expressão da diversidade cultural; III - inovação; IV - transparência nos processos de seleção dos produtos incentivados e na destinação dos recursos para o audiovisual; e V - respeito à igualdade de gênero, raça e etnia, e inclusão das diferenças.

A promoção, o fomento e o incentivo ao audiovisual pelo Estado de Pernambuco possuem os objetivos a seguir relacionados: I - estimular a produção audiovisual independente; II - estimular a produção audiovisual em todas as regiões de desenvolvimento do Estado de Pernambuco; III - contribuir para o fortalecimento da cadeia produtiva do setor audiovisual; IV- promover a interação da produção audiovisual com as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado de Pernambuco; V - estimular a interação da produção independente com os setores da exibição, distribuição e difusão de obras audiovisuais; VI - promover novos talentos e primeiras obras; VII - estimular a formação contínua de profissionais do audiovisual; VIII - contribuir para a formação de público, especialmente através do apoio a festivais de audiovisual, cineclubes, circuitos de exibição alternativos; IX - promover a conservação do patrimônio audiovisual; X - promover medidas que garantam a acessibilidade das pessoas com deficiência às obras audiovisuais; XI - estimular o empreendedorismo e formalização na área de audiovisual; e XII - estimular os bens e serviços para o desenvolvimento do setor audiovisual no Estado.

Como é afirmado no artigo 21 do projeto “***os recursos destinados ao incentivo do audiovisual compõem os recursos do Funcultura, nos termos do art. 6º da Lei nº 12.310, de 2002(Consolida e Altera o Sistema de Incentivo à Cultura, e dá outras providências), bem como do art. 8º da Lei 15.225(Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo), de 30 de dezembro de 2013”.***

2. Parecer do Relator

Considerando a inexistência de conflitos com as legislações, orçamentária, financeira e tributária, opino pela **aprovação, no mérito, do Projeto de Lei Ordinária Nº 1.936/2014**, oriundo do Poder Executivo.

Terezinha Nunes
Deputada

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação considera que o **Projeto de Lei Ordinária Nº 1.936/2014**, de origem de Poder Executivo, está em condições de ser **aprovado**.

Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e
Tributação, em 7 de maio de 2014.

Presidente: Clodoaldo Magalhães.
Relator : Terezinha Nunes.
Favoráveis os (3) deputados: Alberto Feitosa, Henrique Queiroz, Tony Gel.

Parecer N° 6128/2014

Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação
PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1966/2014
Origem: Poder Executivo do Estado de Pernambuco
Autoria: Governador do Estado de Pernambuco

Ementa: Modifica a Lei nº 15.212, de 19 de dezembro de 2013, que altera a estrutura organizacional da Polícia Civil de Pernambuco, da Secretaria de Defesa Social. ***Pela Aprovação.***

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o **Projeto de Lei Ordinária nº 1966/2014**, oriundo do Poder Executivo, encaminhado pelo Poder Executivo, através da Mensagem nº 71/2014, datada de 16 de abril de 2014.

O Projeto de Lei visa modificar a Lei nº 15.212, de 19 de dezembro de 2013, que altera a estrutura organizacional da Polícia Civil de Pernambuco, da Secretaria de Defesa Social.

A propositura em apreço modifica o inciso II do art. 7º da referida Lei nº 15.212, de 2013, para incluir na competência da Central de Plantões da Capital, diretamente subordinada à Diretoria Integrada Metropolitana, a conclusão de Autos de Prisão em Flagrante Delito nas ocorrências a ela encaminhadas.

A alteração pretendida objetiva melhorar a estrutura organizacional da Polícia Civil de Pernambuco e decorre da necessidade de incrementar o desempenho dos serviços de segurança pública, em face das especificidades das ocorrências policiais em regime de plantão.

2. Parecer do Relator

Conforme informado no corpo da mensagem do presente projeto de lei, a alteração proposta não implica em aumento da despesa, razão pela qual o Poder executivo não indicou a dotação orçamentária.

Considerando que a proposição não contraria as legislações financeira, orçamentária e tributária, opino favoravelmente, no mérito, à **aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1966/2014**, oriundo do Poder Executivo.

Tony Gel
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação considera que o **Projeto de Lei Ordinária nº 1966/2014**, de autoria do Governador do Estado, está em condições de ser **aprovado**.

Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em 7 de maio de 2014.

Presidente: Clodoaldo Magalhães.
Relator : Tony Gel.
Favoráveis os (3) deputados: Alberto Feitosa, Henrique Queiroz, Terezinha Nunes.

Parecer N° 6129/2014

Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação
PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º 1.990/2014
Origem: Poder Executivo do Estado de Pernambuco
Autoria: Governador do Estado de Pernambuco

Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a alienar o bem imóvel que indica. **Pela aprovação.**

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o **Projeto de Lei Ordinária N° 1.990/2014**, originado do Poder Executivo, encaminhado através da Mensagem Governamental N° 018, de 11 de março de 2013, assinado Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, João Soares Lyra Neto

A matéria pretende colher a necessária autorização legislativa para que o Estado de Pernambuco possa alienar o bem imóvel localizado à Rua Martins Júnior, N° 58, Centro, Caruaru, neste Estado, edificado em terreno próprio, medindo 9,60m x 22,00m, com área superficial de 211,20 m2 e área construída de 480,76 m2, limitando-se, pela frente, com a rua Martins Júnior; pelo lado direito, com a Trav. Sete de Setembro; pelo lado esquerdo, com o prédio n° 48, da rua Martins Júnior e, pelos fundos, com o prédio n° 258, da rua Vigário Freire. .

Segundo o art. 2º da matéria, a alienação considerada tem por finalidade viabilizar a aquisição, pelo Estado de Pernambuco, de outro bem imóvel, para nele ser instalada a Agência do Instituto de Recursos Humanos – IRH de Caruaru, neste Estado. Para atingir esse propósito, fica o Estado de Pernambuco autorizado a proceder à - permuta do bem imóvel acima descrito com outro bem imóvel que atenda às necessidades de estrutura física da Agência do IRH de Caruaru; ou venda do bem imóvel ora tratado.

2. Parecer do Relator

Conforme é relatado na mensagem governamental *"o Instituto de Recursos Humanos do Estado – IRH-PE, por meio do Sistema de Assistência à Saúde do Servidor de Pernambuco – SASSEPE, tem como um dos seus serviços a prestação de assistência médica em várias especialidades na rede credenciada e na sua rede própria, que é composta de unidades na capital e de treze agências no interior do Estado. Para que a prestação desses serviços seja satisfatória, é necessário que a estrutura física dos prédios onde estão instaladas as agências seja adequada à recepção do público"*. Esse é o fundamento do processo de alienação ora proposto.

A alienação do imóvel de que trata a matéria encontra-se devidamente justificada e legalmente respaldada, cumprindo as exigências da Constituição Estadual, particularmente do seu artigo 4º, § 1º.

O projeto não implica em aumento ou diminuição de receita ou da despesa públicas e nem aborda questões de natureza tributária, não cabendo, portanto, pronunciamento quanto à adequação financeira, orçamentária ou tributária.

Dessa maneira, declaro-me favorável à **aprovação do Projeto de Lei Ordinária N°. 1.990/2014**, originado do Poder Executivo.

Tony Gel
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, decide este Colegiado pela **aprovação do Projeto de Lei Ordinária N°. 1.990/2014**, de autoria do Governador do Estado de Pernambuco.

Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em 7 de maio de 2014.

Presidente: Clodoaldo Magalhães.
Relator : Tony Gel.
Favoráveis os (3) deputados: Alberto Feitosa, Henrique Queiroz, Terezinha Nunes.

Parecer N° 6130/2014

Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação
PARECER AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N° 1.933/2014
Origem: Poder Executivo do Estado de Pernambuco
Autoria: Governador do Estado de Pernambuco

Ementa: Modifica as Leis N° 10.489, de 2 de outubro de 1990, e N° 14.924, de 18 de março de 2013, relativamente a definições de critérios de distribuição da parte do ICMS que cabe aos Municípios. **Pela aprovação**

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, através da Mensagem Governamental N° 60/2014, de 03 de abril de 2014, o Projeto de Lei Ordinária N° 1.933/2014, de origem do Poder Executivo. Foi solicitada a adoção do regime de urgência, na tramitação, conforme faculta o artigo 21 da Constituição Estadual

A proposição em análise visa promover ajustes na Lei N° 10.489, de 2 de outubro de 1990, que disciplina os critérios de distribuição da parte do ICMS que cabe aos Municípios, bem como na Lei N° 14.924, de 18 de março de 2013, que institui o Selo Pacto pela Vida de Prevenção e Redução da Criminalidade nos Municípios - SPPV do Estado de Pernambuco, com a finalidade de aperfeiçoar a sistemática de repartição do referido imposto neste Estado, relativamente ao Índice de Participação dos Municípios.

Conforme justificativa apresentada na mensagem governamental, a medida consiste basicamente em:

- manter, durante o exercício de 2015, os mesmos critérios de definição dos referidos índices de participação utilizados nos anos de 2010 a 2014;*
- promover ajustes, a partir do exercício de 2016, nos percentuais relativos à participação de cada Município na receita do ICMS, correspondentes à área de Segurança, da seguinte forma:*

- 2.1. alterar de 2% (dois por cento) para 1% (um por cento) o percentual relativo ao critério "número de Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI, por 100.000 (cem mil) habitantes, ocorridos no Município";*
- 2.2. estabelecer o percentual de 1% (um por cento) relativo ao critério "Município que possui o Selo Pacto pela Vida de Prevenção e Redução da Criminalidade nos Municípios - SPPV, instituído pela Lei N° 14.924, de 18 de março de 2013.*

Cabe ainda ressaltar a importância da proposição, ressaltada pelo seu autor, uma vez que os critérios definidos pela Lei N° 14.881, de 14 de dezembro de 2012, geraram índices a serem aplicados em 2015 com sérias distorções, impondo perdas imensas a Municípios pequenos, que deixam de existir com a correção agora proposta.

2. Parecer do Relator

Considerando a inexistência de conflitos com as legislações, orçamentária, financeira e, especialmente, tributária, opino favoravelmente pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária N° 1.933/2014, oriundo do Poder Executivo.

Terezinha Nunes
Deputada

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação considera que o Projeto de Lei Ordinária N° 1.933/2014, de origem de Poder Executivo, está em condições de ser aprovado.

Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em 7 de maio de 2014.

Presidente: Clodoaldo Magalhães.
Relator : Terezinha Nunes.
Favoráveis os (3) deputados: Alberto Feitosa, Henrique Queiroz, Tony Gel.

Parecer N° 6131/2014

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 1960/2014, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Institui o auxílio-saúde no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Art. 1º O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco fica autorizado a disciplinar por Resolução, a concessão, no seu âmbito, do auxílio-saúde, observados os limites orçamentários e legais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Adalto Santos
Deputado

Sala da Comissão de Redação Final, em 7 de maio de 2014.

Presidente em exercício: Ramos.
Relator : Adalto Santos.
Favoráveis os (4) deputados: Adalto Santos, Alberto Feitosa, Eduardo Porto, Ramos.

Parecer N° 6132/2014

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 1918/2014, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Altera a Lei nº 7.763, de 7 de novembro de 1978, que cria SUAPE Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros.

Art. 1º O inciso II do art. 9º da Lei nº 7.763, de 7 de novembro de 1978, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º
.....
II – Secretário de Infraestrutura;" (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Adalto Santos
Deputado

Sala da Comissão de Redação Final, em 7 de maio de 2014.

Presidente em exercício: Ramos.
Relator : Adalto Santos.
Favoráveis os (4) deputados: Adalto Santos, Alberto Feitosa, Eduardo Porto, Ramos.

Parecer N° 6133/2014

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Lei Complementar nº 1976/2014, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Altera a Lei Complementar nº 100, de 21 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

Art. 1º A Lei Complementar nº 100, de 21 de novembro de 2007 – Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco - passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º O território do Estado de Pernambuco, para os fins da administração do Poder Judiciário estadual, divide-se em regiões, circunscrições, comarcas, comarcas integradas, termos e distritos judiciários." (NR)

"Art. 7º
.....

§1º As varas poderão ser subdivididas em seções, conforme dispuser o regulamento específico.
.....
....." (NR)

"Art. 17. O Tribunal de Justiça, com sede na Comarca da Capital e jurisdição em todo o território estadual, compõe-se de 52 (cinquenta e dois) Desembargadores." (NR)

"Art. 22. O Tribunal de Justiça funcionará descentralizadamente, por meio de Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo, conforme dispuser o seu Regimento Interno.

Parágrafo único. A sede, o território de jurisdição, a competência e a forma de funcionamento das Câmaras regionais serão definidos no Regimento Interno do Tribunal de Justiça." (NR)

"Art. 23. O Tribunal de Justiça poderá, em caráter excepcional e quando o acúmulo de processos o exigir, instituir Câmaras Extraordinárias, integradas por Desembargadores, no exercício cumulativo das suas regulares funções, conforme dispuser o Regimento Interno." (NR)

"Art. 73.
.....

Parágrafo único. As centrais serão coordenadas e compostas por juizes de qualquer entrância, designados pelo Presidente do Tribunal de Justiça, que atuarão, preferencialmente, no exercício cumulativo das suas funções regulares." (NR)

"Art. 74.
.....

IV - as de agilização processual, com competência e jurisdição plena, em regime de mutirão, para demandas especiais ou relacionadas ao cumprimento de Metas do Poder Judiciário, na forma de Resolução do Tribunal de Justiça." (AC)

"Art. 175.
.....

XXVII -
.....

c) a Central de Carta de Ordem, Precatória e Rogatória na Central de Agilização Processual, com jurisdição no interior do Estado de Pernambuco, conforme dispuser regulamento.

.....
.....

XXXV -.....
.....

i) a 14ª e 15ª Varas de Família e Registro Civil em 1ª e 2ª Varas de Execução de Títulos Extrajudiciais;

.....
....." (AC)

"Art. 180.
.....

XV - a Central de Agilização Processual, com jurisdição em todo o território do Recife e da Região Metropolitana." (NR)

"Art. 181.
....." (NR)

XI -
.....

i) a Central de Agilização Processual, com jurisdição no interior do Estado de Pernambuco, conforme dispuser regulamento.

.....
....." (NR)

"Art. 190.
.....

§3º Excepcional e provisoriamente, as funções gratificadas de assessor de magistrado de primeiro grau, sigla FGAM, das unidades criadas e ainda não instaladas poderão ser alocadas nas Centrais de Agilização Processual." (AC)

"Art. 199-A. O preenchimento das 50ª (quinquagésima), 51ª (quinquagésima primeira) e 52ª (quinquagésima segunda) vagas da composição do Tribunal de Justiça, previstas no art. 17 desta Lei Complementar, dar-se-á a partir de 1º de janeiro de 2015." (NR)

Art. 2º Ficam inseridos na Lei Complementar n. 100, de 21 de novembro de 2007 – Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco - os seguintes dispositivos:

"Art. 78-A. Compete às Varas de Execução de Títulos Extrajudiciais:

I - processar e julgar as ações de execução de títulos extrajudiciais de natureza cível, salvo as de competência de varas especializadas;

II – processar e julgar os embargos do devedor, embargos de terceiro, cautelares, processos incidentes e incidentes processuais relacionados às execuções de títulos extrajudiciais de sua competência." (AC)

"Art. 166-A. As Varas Cíveis e as Varas de Execução de Títulos Extrajudiciais da Capital subdividir-se-ão em duas seções, denominadas de Seção A e Seção B.

§ 1º As Seções A e B funcionarão vinculadas a Secretaria única.

§ 2º Cada Seção contará com um juiz titular e com equipes de apoio administrativo e de assessoramento próprias.

§ 3º A coordenação administrativa da Vara será exercida pelo juiz mais antigo na unidade ou, havendo empate, pelo juiz mais antigo na entrância, salvo indicação contrária do Presidente do Tribunal.

§ 4º A Seção A funcionará das 07 às 13 horas e a Seção B das 13 às 19 horas, garantido o atendimento aos advogados, às partes e ao público em dois turnos ininterruptamente e em relação aos processos vinculados a ambas as seções." (AC)

"Art. 189-A. Os atuais juízes titulares das Varas Cíveis da Capital titularizar-se-ão em uma das seções da respectiva Vara, à sua escolha." (AC)

"Art. 189-B. Ficam criados 34 cargos de Juiz de Direito de 3ª entrância titular de Seção de Vara Cível da Capital e 4 (quatro) cargos de Juiz de Direito de 3ª entrância titular de Seção de Vara de Execução de Títulos Extrajudiciais da Capital." (AC)

"Art. 189-C. Ficam extintos, na vacância, 36 (trinta e seis) cargos de Juiz de Direito substituto da Capital." (AC)

"Art. 199-C. Nos termos do art. 22, desta Lei Complementar, fica criada a 1ª Câmara Regional sediada na Comarca de Caruaru, que terá também caráter itinerante.

§ 1º A 1ª Câmara Regional funcionará com 02 (duas) Turmas, cada uma constituída por três desembargadores.

§ 2º O provimento dos cargos será feito pelos novos Desembargadores a serem escolhidos, sem prejuízo de anterior remoção voluntária dos atuais integrantes do Tribunal." (AC)

Art. 3º Para atender à Central de Agilização Processual da Comarca da Capital, e a ela vinculadas, ficam criadas 12 funções gratificadas de assessor de magistrado de primeiro grau, sigla FGAM.

Art. 4º Para atender à Central de Agilização Processual da Comarca de Caruaru, e a ela vinculadas, ficam criadas 05 funções gratificadas de assessor de magistrado de primeiro grau, sigla FGAM.

Art. 5º Para atender à Central de Agilização Processual da Comarca de Petrolina, e a ela vinculadas, ficam criadas 05 funções gratificadas de assessor de magistrado de primeiro grau, sigla FGAM.

Art. 6º Para atender às Seções das Varas Cíveis e das Varas de Execução de Títulos Extrajudiciais da Capital ficam criadas as seguintes funções gratificadas:

I – 72 (setenta e duas) funções gratificadas de assessor de magistrado de primeiro grau, sigla FGAM;

II – 72 (setenta e duas) funções gratificadas de chefe de secretaria adjunto, sigla FGCSJ-2.

Art. 7º O valor da função gratificada de chefe de secretaria adjunto, sigla FGCSJ-2, corresponderá a 70% do valor da gratificação de chefe de secretaria, sigla FGCSJ-1.

Art. 8º Para atender ao funcionamento descentralizado do Tribunal de Justiça, através de Câmaras Regionais, ficam criados os seguintes cargos e funções gratificadas:

I - 06 cargos de Desembargador;

II - Vinte e quatro cargos de Assessor Técnico Judiciário, sigla PJC-II;

III - Seis cargos de Secretário de Desembargador, sigla PJC-IV;

IV - Seis cargos de Chefe de Gabinete, sigla PJC-IV;

V - vinte e quatro funções gratificadas de representação de gabinete, sigla RG;

VI - duas funções gratificadas de unidade de controle, FGJ-2;

VII - duas funções gratificadas de secretário de sessões, FGJ-1.

Art. 9º A Presidência do Tribunal de Justiça editará ato disciplinando a redistribuição dos processos em curso entre as seções das Varas Cíveis da Capital e para as Varas de Execução de Título Executivo Extrajudicial da Capital.

Art. 10. Os Anexos I, II e III da Lei Complementar nº 100, de 21 de novembro de 2007 - Código de Organização Judiciária do Estado e Pernambuco - passam a ser o constante do Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 11. Aplicam-se aos cargos e funções criados em decorrência desta Lei Complementar, bem como a quaisquer outras despesas diretas ou indiretas, as disposições dos arts. 194 e 197 da Lei Complementar nº 100, de 21 de novembro de 2007 – Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco.

Art. 12. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta de dotação orçamentária própria do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco.

Art. 13. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO ÚNICO

“ANEXO I

REGIÕES GEOGRÁFICAS										
Região Geográfica					Circunscrições				Custódia	
Região Metropolitana					1ª, 2ª e 3ª				Ibimirim	
Zona da Mata					4ª, 5ª e 6ª				Inajá	
Agreste					7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª		15ª	Salgueiro	Sertânia	
Sertão					13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª e 18ª				Mirandiba	
CIRCUNSCRIÇÕES, COMARCAS E TERMOS JUDICIÁRIOS.										
Circunscrição	Sede	Comarca	Termo Judiciário							
1ª	Recife	Abreu e Lima							Serrita	Cedro
		Camaragibe							Terra Nova	
		Jaboatão dos Guararapes				16ª		Floresta	Verdejante	
		Moreno							Belém de São Francisco	Itacuruba
		Olinda							Floresta	Carnaubeira da Penha
		Paulista							Petrolândia	Jatobá
		Recife				17ª		Araripina	Tacaratu	
		São Lourenço da Mata							Araripina	
2ª	Cabo de Santo Agostinho	Cabo de Santo Agostinho							Bodocó	Granito
3ª	Igarassu	Ipojuca	Araçoiaba						Exu	
		Igarassu							Ipubi	
		Itamaracá							Moreilândia	Santa Cruz
		Itapissuma							Ouricuri	Santa Filomena
4ª	Vitória de Santo Antão	Chã Grande	Chã de Alegria			18ª		Petrolina	Trindade	
		Glória de Goitá							Afrânio	Dormentes
		Pombos							Cabrobó	
		Vitória de Santo Antão							Lagoa Grande	
5ª	Nazaré da Mata	Aliança							Orocó	
		Buenos Aires	Lagoa do Carro						Petrolina	
		Carpina							Santa Maria da Boa Vista	
		Condado								
		Ferreiros	Camutanga							
		Goiana								
		Itambé								
		Itaquitinga								
		Lagoa de Itaenga								
		Macaparana								
		Nazaré da Mata								
		Paudalho								
		Timbaúba								
		Tracunhaém								
		Vicência								
6ª	Palmares	Água Preta	Xexéu			2ª		Cabo de Santo Agostinho	São Lourenço da Mata	
		Amaraji							Cabo de Santo Agostinho	
		Barreiros				3ª		Igarassu	Ipojuca	Araçoiaba
		Belém de Maria							Igarassu	
		Catende							Itamaracá	
		Cortês				4ª		Vitória de Santo Antão	Itapissuma	
		Escada							Chã Grande	Chã de Alegria
		Gameleira							Glória de Goitá	
		Joaquim Nabuco							Pombos	
		Maraial	Jaqueira			5ª		Nazaré da Mata	Vitória de Santo Antão	
		Palmares							Aliança	
		Primavera							Buenos Aires	Lagoa do Carro
		Quipapá	São Benedito do Sul						Carpina	
		Ribeirão							Condado	Camutanga
		Rio Formoso							Ferreiros	
		São José da Coroa Grande							Goiana	
		Sirinhaém							Itambé	
		Tamandaré							Itaquitinga	
7ª	Caruaru	Alagoinha							Lagoa de Itaenga	
		Belo Jardim							Macaparana	
		Bezerros							Nazaré da Mata	
		Brejo da Madre de Deus							Paudalho	
		Cachoeirinha							Timbaúba	
		Caruaru							Tracunhaém	
		Gravatá				6ª		Palmares	Vicência	
		Jataúba							Água Preta	Xexéu
		Pesqueira							Amaraji	
		Poção							Barreiros	
		Riacho das Almas							Belém de Maria	
		Sanharó							Catende	
		São Bento do Una							Cortês	
		São Caetano							Escada	
8ª	Bonito	Tacaimbó							Gameleira	
		Agrestina							Joaquim Nabuco	
		Altinho	Barra de Guabiraba						Maraial	Jaqueira
		Bonito							Palmares	
		Camocim de São Félix							Primavera	
		Cupira							Quipapá	São Benedito do Sul
		Ibirajuba							Ribeirão	
		Lagoa dos Gatos							Rio Formoso	
		Panelas							São José da Coroa Grande	
		Sairé							Sirinhaém	
9ª	Limoeiro	São Joaquim do Monte	Machados			7ª		Caruaru	Tamandaré	
		Bom Jardim							Alagoinha	
		Cumaru							Belo Jardim	
		Feira Nova	Salgadinho						Bezerros	
		João Alfredo							Brejo da Madre de Deus	
		Limoeiro							Cachoeirinha	
		Orobó							Caruaru	
		Passira							Gravatá	
		São Vicente Ferrer							Jataúba	
10ª	Garanhuns	Angelim							Pesqueira	
		Bom Conselho	Terezinha						Poção	
		Brejão							Riacho das Almas	
		Caetés							Sanharó	
		Calçado							São Bento do Una	
		Canhotinho							São Caetano	
		Capoeiras				8ª		Bonito	Tacaimbó	
		Garanhuns							Agrestina	
		Iati							Altinho	
		Jupi	Jucati						Bonito	Barra de Guabiraba
		Jurema							Camocim de São Félix	
		Lagoa do Ouro							Cupira	
		Lajedo							Ibirajuba	
		Palmeirina							Lagoa dos Gatos	
		Saloá	Paranatama						Panelas	
11ª	Surubim	São João				9ª		Limoeiro	Sairé	
		Santa Cruz do Capibaribe							São Joaquim do Monte	Machados
		Santa Maria do Cambucá	Frei Miguelinho						Bom Jardim	
		Surubim	Casinhas						Cumaru	
			Vertente do Lério						Feira Nova	Salgadinho
									João Alfredo	
									Limoeiro	
									Orobó	
									Passira	
									São Vicente Ferrer	
12ª	Buíque	Taquaritinga do Norte				10ª		Garanhuns	Angelim	Terezinha
		Toritama							Bom Conselho	
		Vertentes							Brejão	
		Águas Belas							Caetés	
		Buíque							Calçado	
		Itaíba							Canhotinho	
		Pedra							Capoeiras	
		Tupanatinga							Correntes	
13ª	Afogados da Ingazeira	Venturosa							Garanhuns	
		Afogados da Ingazeira	Iguaraci						Iati	Jucati
		Carnaíba	Quixaba						Jupi	
		Flores	Calumbi						Jurema	
		Itapetim	Brejinho						Lagoa do Ouro	
		São José do Egito	Santa Terezinha						Lajedo	
		Serra Talhada							Palmeirina	
		Tabira	Solidão						Saloá	Paranatama
		Triunfo	Santa Cruz da Baixa Verde						São João	
14ª	Arcoverde	Tuparetama	Ingazeira							
		Arcoverde								
		Betânia								

	Vara Regional da Infância e Juventude 1ª Vara Criminal 2ª Vara Criminal 3ª Vara Criminal 4ª Vara Criminal Vara do Tribunal do Júri 3ª Vara Regional de Execução Penal Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo Juizado Especial Criminal Central de Agilização Processual Central de Carta de Ordem, Precatória e Rogatória Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem				
ESCADA	1ª Vara	PESQUEIRA			
GARANHUNS	2ª Vara 1ª Vara Cível 2ª Vara Cível 3ª Vara Cível Vara da Fazenda Pública 1ª Vara de Família e Registro Civil 2ª Vara de Família e Registro Civil Vara Regional da Infância e Juventude 1ª Vara Criminal 2ª Vara Criminal Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem Juizado Especial Criminal		PETROLINA		2ª Vara de Família e Registro Civil Vara da Infância e Juventude 1ª Vara Criminal 2ª Vara Criminal 3ª Vara Criminal 4ª Vara Criminal 5ª Vara Criminal Vara da Fazenda Pública 1ª Vara de Família e Registro Civil 2ª Vara de Família e Registro Civil Vara Regional da Infância e Juventude 1ª Vara Criminal 2ª Vara Criminal 3ª Vara Criminal 4ª Vara Regional de Execução Penal Vara do Tribunal do Júri Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo Juizado Especial Criminal Central de Agilização Processual Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem
GOIANA	1ª Vara 2ª Vara Vara Criminal		RIBEIRÃO		1ª Vara 2ª Vara 1ª Vara Cível 2ª Vara Cível Vara Criminal Vara Regional da Infância e Juventude Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo 1ª Vara Cível 2ª Vara Cível 3ª Vara Cível Vara da Fazenda Pública Vara Criminal Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem
GRAVATÁ	Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo 1ª Vara Cível 2ª Vara Cível 3ª Vara Cível Vara Criminal	SALGUEIRO			2ª Vara 1ª Vara Cível 2ª Vara Cível Vara Criminal Vara Regional da Infância e Juventude Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo 1ª Vara Cível 2ª Vara Cível 3ª Vara Cível Vara da Fazenda Pública Vara Criminal Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem
IGARASSU	Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo 1ª Vara Cível 2ª Vara Cível 3ª Vara Cível 4ª Vara Cível Vara Regional da Infância e Juventude 1ª Vara Criminal 2ª Vara Criminal Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo Juizado Especial Criminal		SANTA CRUZ CAPIBARIBE		1ª Vara 2ª Vara 1ª Vara Cível 2ª Vara Cível 3ª Vara Cível Vara Criminal Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo 1ª Vara Cível 2ª Vara Cível 3ª Vara Cível Vara da Fazenda Pública Vara Criminal Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem
IPOJUCA	1ª Vara Cível 2ª Vara Cível Vara da Fazenda Pública Vara Criminal Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo Juizado Especial Criminal	SÃO JOSÉ DO EGITO			1ª Vara 2ª Vara 1ª Vara Cível 2ª Vara Cível 3ª Vara Cível Vara Criminal Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo 1ª Vara 2ª Vara 1ª Vara Cível 2ª Vara Cível 3ª Vara Cível Vara Criminal Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo 1ª Vara 2ª Vara 1ª Vara Cível 2ª Vara Cível 3ª Vara Cível Vara Regional da Infância e Juventude Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo 1ª Vara 2ª Vara Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo 1ª Vara Cível 2ª Vara Cível 3ª Vara Cível 1ª Vara de Família e Registro Civil 2ª Vara de Família e Registro Civil Vara Regional da Infância e Juventude 1ª Vara Criminal 2ª Vara Criminal 3ª Vara Criminal Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo Juizado Especial Criminal
ITAMARACÁ	1ª Vara 2ª Vara 1ª Vara Cível 2ª Vara Cível 3ª Vara Cível 4ª Vara Cível 5ª Vara Cível 6ª Vara Cível 1ª Vara da Fazenda Pública 2ª Vara da Fazenda Pública 3ª Vara da Fazenda Pública 1ª Vara de Família e Registro Civil 2ª Vara de Família e Registro Civil 3ª Vara de Família e Registro Civil 4ª Vara de Família e Registro Civil Vara de Sucessões e Registros Públicos Vara da Infância e Juventude	SÃO LOURENÇO DA MATA			
JABOATÃO DOS GUARARAPES	1ª Vara Criminal 2ª Vara Criminal 3ª Vara Criminal 4ª Vara Criminal 5ª Vara Criminal 6ª Vara Criminal 1ª Vara da Fazenda Pública 2ª Vara da Fazenda Pública 3ª Vara da Fazenda Pública 1ª Vara de Família e Registro Civil 2ª Vara de Família e Registro Civil 3ª Vara de Família e Registro Civil 4ª Vara de Família e Registro Civil Vara de Sucessões e Registros Públicos Vara da Infância e Juventude 1ª Vara Criminal 2ª Vara Criminal 3ª Vara Criminal 1ª Vara do Tribunal do Júri 2ª Vara do Tribunal do Júri Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo Juizado Especial Criminal Central de Cartas de Ordem, Precatória e Rogatória Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem		SERRA TALHADA		
LIMOEIRO	1ª Vara Cível 2ª Vara Cível Vara Criminal Vara Regional da Infância e Juventude Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo		SERTÂNIA		
MORENO	1ª Vara Cível 2ª Vara Cível Vara Criminal		SURUBIM		
NAZARÉ DA MATA	1ª Vara Vara Regional da Infância e Juventude	TIMBAÚBA			
OLINDA	1ª Vara Cível 2ª Vara Cível 3ª Vara Cível 4ª Vara Cível 5ª Vara Cível 1ª Vara da Fazenda Pública 2ª Vara da Fazenda Pública 1ª Vara de Família e Registro Civil 2ª Vara de Família e Registro Civil 3ª Vara de Família e Registro Civil Vara de Sucessões e Registros Públicos Vara da Infância e Juventude 1ª Vara Criminal 2ª Vara Criminal 3ª Vara Criminal Vara do Tribunal do Júri Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 1º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo Juizado Especial Criminal Central de Cartas de Ordem, Precatória e Rogatória Central de Conciliação, Mediação e Arbitragem	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO			
OURICURI	1ª Vara Cível 2ª Vara Cível Vara Criminal Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo				
PALMARES	1ª Vara Cível 2ª Vara Cível 3ª Vara Cível Vara Regional da Infância e Juventude Vara Criminal Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo				
PAUDALHO	1ª Vara 2ª Vara 1ª Vara Cível 2ª Vara Cível 3ª Vara Cível 4ª Vara Cível 5ª Vara Cível 1ª Vara da Fazenda Pública 2ª Vara da Fazenda Pública 1ª Vara de Família e Registro Civil				
PAULISTA	1ª Vara Criminal 2ª Vara Criminal 3ª Vara Criminal 4ª Vara Criminal 5ª Vara Criminal 1ª Vara da Fazenda Pública 2ª Vara da Fazenda Pública 1ª Vara de Família e Registro Civil				

Ouricuri	04			
Trindade	02			
COMARCA	Juiz de Direito	Circunscrição	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto
Petrolina	15	18ª	02	05
Afrânio	01			
Cabrobó	02			
Lagoa Grande	01			
Orocó	01			
Santa Maria da Boa Vista	01			

Cargos	Quantitativo
Desembargador	52
Juiz de Direito de 3ª Entrância	176
Juiz de Direito de 2ª Entrância	276
Juiz de Direito de 1ª Entrância	125
Juiz de Direito Substituto de 3ª Entrância	34
Juiz de Direito Substituto de 2ª Entrância	44
Juiz Substituto	55
TOTAL	762

Adalto Santos Deputado
Sala da Comissão de Redação Final, em 7 de maio de 2014.

Presidente em exercício: Ramos.
Relator : Adalto Santos.
Favoráveis os (4) deputados: Adalberto Cavalcanti, Adalto Santos, Eduardo Porto, Ramos.

Indicações

Indicação N° 7964/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja encaminhado **APELO** ao Exmo. Sr. Governador do Estado, João Lyra Neto, e ao Exmo. Sr. Secretário das Cidades, Evandro Avelar, para que seja **CONSTRUIDA UMA CRECHE NO PROJETO APOLÔNIO SALES NO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA** .

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Prefeito de Petrolândia, Lourival Simões - Av. dos Três Poderes, 141, CEP 56460-000, Centro; à Câmara dos Vereadores de Petrolândia, na pessoa do Exmo. Sr. Presidente, Fabiano Jaques Marques, e aos Exmos. Srs. Vereadores Carlos Alberto Araújo Correia, Eudes José da Silva Fonseca, João Vicente da Silva Filho, Jorge Lino Viana, José Luiz dos Santos, Juarez Patriota de Souza, Maria do Socorro Santos de Souza, Raimundo Paulo Lacerda, Rogério Gomes de Sá, Sílvio Rogério da Silva – todos na Av. dos Três Poderes, s/n, CEP 56440-000; à Ilma. Sra. Maria Helena Gomes de Souza – Rua Prof. Ita Costa, 218, Quadra 5, CEP 56460-000,Petrolândia-PE; ao Ilmo. Sr. Isaque Almeida – Rua Santa Inês, 103, CEP 56460-000, Petrolândia-PE; ao Ilmo. Sr. Armando Rodrigues – Rua José Maria e Miranda Filho, 21, CEP 56460-000, Petrolândia-PE; ao Ilmo. Sr. Cícero Moura - Projeto Apolônio Sales, Lote A, nº 26, CEP: 56460-000, Zona Rural, Petrolândia-PE; e ao Ilmo. Sr. Domingos Sávio Barbosa Gomes - Rua Rubens de Souza Legal, 195, CEP 56460-000, Petrolândia-PE; e ao Ilmo. Sr. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolândia, José Maurício, Rua Dantas Barreto, 109, Centro, CEP 56460-00, Petrolândia - PE.

Justificativa
No
Nos dias é hoje é comum que todos os membros da família procurem atividades profissionais para completar a renda familiar, inclusive as mães. Contudo, a grande dificuldade enfrentada pelas famílias é encontrar uma solução para exercer suas profissões e, ao mesmo tempo, um local para deixar suas crianças durante o expediente.
Muitas famílias têm suas rendas comprometidas porque alguns dos membros não podem trabalhas pelo fato de não ter com quem, ou onde, deixar seus filhos.

Necessário, portanto, que o Estado invista na construção de creches, a fim de que as famílias encontrem locais seguros para que possam deixar seus filhos enquanto exerçam suas atividades laborais.

Esta é a situação do Projeto Apolônio Sales, em Petrolândia, que é carente de uma creche, fazendo com que várias famílias deixem de completar suas rendas porque um de seus membros não podem trabalhar para cuidar de suas crianças.

Portanto, submetemos a presente Indicação ao Plenário desta Casa, contando com o apoio dos demais parlamentares, a fim de que seja encaminhado Apelo para a construção de uma creche no Projeto Apolônio Sales no município de Petrolândia.

Sala das Reuniões, em 7 de maio de 2014.

Rodrigo Novaes Deputado
--

Indicação N° 7965/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que, seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Prefeito de Jaboatão dos Guararapes, Senhor Elias Gomes da Silva, ao Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade do Município de Jaboatão dos Guararapes, Senhora Fátima Lacerda, ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Humana do Município de Jaboatão dos Guararapes e ao Presidente da COMPESA, Senhor Roberto Cavalcanti Tavares, no sentido de realizar a “ Operação Tapa Buraco” na Rua Nossa Senhora do Desterro no bairro de Jardim Jordão no Município de Jaboatão dos Guararapes-PE.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a Senhora Claudete Maria da Silva, sito Rua Nossa Senhora do Desterro, 128 - Jardim Jordão - Jaboatão dos Guararapes-PE - CEP: 54.320-410

Justificativa
A
A referida rua precisa urgentemente dos reparos necessários, pois devido o constante tráfego de veículos, e também por ter sofrido desgaste com o tempo, causando com isso alguns acidentes principalmente com os motoqueiros que no período de chuva não conseguem visualizar os buracos enormes que se encontram nela causando vários acidentes alguns até com fraturas expostas e até mesmo impossibilitando um socorro agiu quando se faz necessário.
Por estes e outros motivos, faz-se necessário a recuperação da referida rua, para que seja possível o tráfego seguro não só dos moradores mais de quem por ela passar.
Diante do exposto, solicito aos nossos ilustres pares, a aprovação da presente proposição, em resposta as reivindicações dos moradores desta localidade,

Sala das Reuniões, em 6 de maio de 2014.

Ramos Deputado

Indicação N° 7966/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais para que seja feito um apelo ao Ilmo. Sr. Presidente da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, Sr. João Batista de Rezende; ao Ilmo. Sr. Gerente Regional da Anatel em Pernambuco, Sr. Sergio Alves Cavendish; ao Ilmo. Sr. Diretor Geral da TIM NORDESTE, Ilmo. Sr. Rogerio Lyra; e ao Gerente de Relações Institucionais da TIM, Dr. Haroldo Nobre, no sentido de viabilizar a instalação de um Torre de Telefonia Móvel da TIM no Distrito de Olho D’água dos Pombos, no município de Lajedo. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Prefeito de Lajedo, Ilmo. Sr. Rossine Blesmany, com endereço na Praça Joaquim Nabuco, s/n., Lajedo/PE, de CEP: 55385-000; e ao Ilmo. Vereador Flaviano Assis de Andrade, com endereço na Rua Cazuza BR, Centro s/n., Lajedo/PE.

Justificativa
No
No contexto econômico e social que vivemos, a comunicação é fator fundamental na construção da cidadania.
Na comunidade do Distrito de Olho D’água dos Pombos, a instalação de uma torre da TIM, é uma necessidade básica e urgente dos moradores, haja vista a utilidade da comunicação na ordem social.
Diante do exposto, solicitamos aos Nossos Ilustres Pares a aprovação da presente proposição, no sentido de encaminhar um apelo as autoridades competentes para viabilizar a instalação de uma torre da TIM, na comunidade do Distrito de Olho D’água dos Pombos, no município de Lajedo.
Sala das Reuniões, em 5 de maio de 2014.

Vinicius Labanca Deputado
--

Indicação N° 7967/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais para que seja feito um apelo ao Ilmo. Sr. Diretor Geral da TIM NORDESTE, Sr. Rogerio Lyra; e ao Ilmo. Gerente de Relações Institucionais da TIM, Dr. Haroldo Nobre, no sentido de viabilizar a instalação de uma Torre de Telefonia Móvel da TIM no Distrito de Tejucupapo, no município de Goiana.

Justificativa
No

No contexto econômico e social que vivemos, a comunicação é fator fundamental na construção da cidadania.

Na comunidade do Distrito de Tejucupapo, a instalação de um torre da TIM, é uma necessidade básica e urgente dos moradores, haja vista a utilidade da comunicação na ordem social.

Diante do exposto, solicitamos aos Nossos Ilustres Pares a aprovação da presente proposição, no sentido de encaminhar um apelo as autoridades competentes para viabilizar a instalação de uma torre da TIM, na comunidade do Distrito de Tejucupapo, no município de Goiana.

Sala das Reuniões, em 5 de maio de 2014.

Vinicius Labanca Deputado
--

Requerimentos

Requerimento N° 3375/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja enviado **UM VOTO DE PESAR**, pelo falecimento do Sr. JOSÉ BARBOSA DA SILVA (DEDA), ocorrido no último sábado dia três deste mês.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao ao Sr. Edson Barbosa da Silva, domiciliado à Rua Paraísopolis nº 78, Casa Amarela, CEP: 52081-300. A Sr. Elaine Barbosa da Silva, domiciliada à Rua 22, nº 70, Rio Dose, CEP 53419-440.

Justificativa

Venho exprimir a toda a Família de José Barbosa da Silva (Deda), e em particular à seu filho e filha, os meus mais sentidos pêsames pela perda do seu ente querido, tivemos o privilégio de conviver de perto com o Deda enquanto ente da nossa equipe de trabalho, atuando em nosso gabinete, e de quem testemunho a mais grata recordação como pessoa, colega, e amigo. A sua lembrança estará para sempre em nossos dia-a-dia, em qualquer ambiente ou ate mesmo em pensamento, Deda cumpriu seu papel enquanto cidadão mostrando o que é amar o próximo, o que é ser companheiro e amigo, o que é ter princípios e segui-los livremente.

No dia 19 de Fevereiro do corrente ano o diário oficial do nosso estado publicou um voto de aplauso para o Deda, pela sua destacada atuação em favor dos moradores de Nova Descoberta. Este dinâmico cidadão dedicou sua vida para com aqueles que necessitavam de assistência humanitária, proporcionando aos mesmos um bem estar-social, com a dedicação que punha naquilo que fazia e a bondade e serenidade que irradiava à sua volta. Dispondo seus dias para com terceiros, a vida veio a lhe surpreender, nos últimos dias o Deda passou por uma longa luta contra sua saúde, bastante debilitado foi internado no hospital da cidade para que assim se recuperasse. No dia três do decorrente mês a vida nos surpreendeu com a mais péssima notícia, com poucos dias de convalescença de internado, recebemos o comunicado de que o mesmo veio a óbito, o seu prematuro falecimento deixou um grande vazio na comunidade que ele tanto amou e serviu por um longo tempo.

O seu funeral ocorreu no último sábado no bairro de Casa Amarela e contou com um grande número de amigos, que prestaram seus últimos votos ao querido amigo Deda, prova esta do quanto ele era querido por todos que privaram de sua intimidade. Aos seus familiares fica o legado de lealdade, simplicidade e solidariedade que sempre norteou o seu viver.

Sala das Reuniões, em 6 de maio de 2014.

Eduardo Porto Deputado

Requerimento N° 3376/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja registrado um Voto de Aplauso ao Diário de Pernambuco por ter realizado jornalismo investigativo no caso do assassinato do torcedor Paulo Ricardo Gomes da Silva, ao divulgar, com exclusividade, imagem de um dos acusados do crime, o ajudante de serviços gerais Everton Felipe Santiago de Santana, em que ele aparece participando de outro conflito entre torcidas, durante jogo no Estádio Rei Pelé, em Alagoas, no ano passado.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao diretor do jornal, Jozzil Barros e ao editor do caderno Super Esportes,Marcelo Tito, ambos no endereço comercial na Rua do Veiga, 600 - Santo Amaro, Recife / CEP 50040-110 Pernambuco

Justificativa

O trabalho jornalístico deve ser pautado pela apuração, fidelização dos dados e investigação dos fatos para que o leitor tenha a informação precisa dos acontecimentos. A postura como a imprensa pernambucana tem tratado o caso do assassinato do jovem Paulo Ricardo Gomes da Silva, atingido por uma privada arremessada de dentro do estádio do Arruda, na última sexta-feira, tem sido exemplar. O Diário de Pernambuco, todavia, se destacou nessa cobertura por ter realizado jornalismo investigativo, procurando informações a respeito do acusado do crime e descobrindo nos seus arquivos que ele já tinha participado de outros confrontos entre torcidas, como o ocorrido durante o jogo entre o Santa Cruz e CRB. A partida, que aconteceu no ano passado no estádio Rei Pelé, em Alagoas, mostra o rapaz brigando com outros torcedores. O flagrante obtido pelo Diário evidencia que o jornalismo responsável merece todo respeito e admiração da sociedade que tem nos veículos de comunicação a forma mais democrática e confiável de se informar sobre os acontecimentos da pais e do mundo.

Diante do exposto venho solicitar aos nobres pares que seja aprovado o presente Voto de Aplauso ao Diário de Pernambuco pela cobertura desse caso.

Sala das Reuniões, em 7 de maio de 2014.

Terezinha Nunes Deputada

Requerimento N° 3377/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado VOTO DE CONGRATULAÇÕES com a população da cidade do Bonito pelo transcurso dos 181 anos de Emancipação Política, a ser comemorada em 20 de maio de 2014.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Prefeito da Cidade do Bonito, Dr. Ruy Barbosa, com endereço à Rua Cônego Cavalcanti, 40, Centro, bonito – PE, CEP 55.680-000 a Excelentíssima Presidenta da Câmara Municipal, Sra. Julietta Farias de Lira Pinheiro e demais Vereadores do município do Bonito, todos com endereço à Rua Cônego Cavalcanti, 40, Centro, bonito – PE, CEP 55.680-000.

Justificativa

A presente propositura visa enaltecer o desenvolvimento econômico e social do município do Bonito, que em 20 de maio comemora 181 anos de emancipação política-administrativa.

Localizada geograficamente de forma privilegiada, o município está inserido na mesorregião do Agreste e microrregião do Brejo Pernambucano, apresenta três microrregiões: a mata úmida, a mata seca e a zona de transição entre a mata e o agreste que lhe possibilita uma diversidade produtiva e opções de sustentação econômica. Está situado a 135 km da capital pernambucana e conta com uma população de aproximadamente 40 000 habitantes.

Sem fazer distinção, Bonito é um dos poucos municípios pernambucanos que possui inúmeros cursos hidrográficos de diversificados portes. Apresenta uma intensa rede de pequenos riachos pertencentes às bacias hidrográficas do Bonitinho; Riacho dos Macacos (Macaco de Pedra); Riacho que gerou o nome do município do Bonito.

É bastante conhecido como destino turístico, por apresentar cachoeiras de tamanhos e intensidades variadas e de diferentes nomes: Vêu da Noiva, Humaitá, Corrente, Pedra Redonda, Barra Azul, do Encanto. Estas, eleitas recentemente, uma das sete maravilhas de Pernambuco oferecendo oportunidades para o lazer contemplativo.

Diante do exposto, parabenizando a laboriosa e hospitaleira população da cidade do Bonito e dignas autoridades, apresento através desta propositura, minhas homenagens pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política administrativa do município.

Sala das Reuniões, em 6 de maio de 2014.

Clodoaldo Magalhães Deputado

Requerimento N° 3378/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado **VOTO DE APLAUSO** com a população da cidade do Belém de Maria pelo transcurso dos 52 anos de Emancipação Política, a ser comemorada em 03 de maio de 2014.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Prefeito de Belém de Maria, Sr. Valdeci José da Silva, com endereço na Rua João Pessoa, 10, Centro, Belém de Maria PE, CEP 55540-000, ao Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Belém de Maria, Sr. Josival Carlos dos Santos, ao Excelentíssimo Vereador Carlos José Soares e demais Vereadores de Belém de Maria, todos com endereço na Rua Capitão José Gouveia, 55, Centro, Belém de Maria – PE, CEP 55540-000.

Justificativa

A cidade que tem a sua história ligada a diversos municípios da região. Por volta do ano de 1860, surgiu uma aglomeração de habitantes à margem do Rio Painelas, com a denominação de Capoeira. Posteriormente, esse núcleo residencial que progredia aos poucos, recebeu a visita de vários Franciscanos Capuchinhos em missão religiosa. Destacando entre eles a figura do Frei Ibiapina. Foi por sugestão deste religioso, que foi modificado o nome do povoado para Belém de Maria, em cujo centro já se fazia sobressair a construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora das Dores. Pelos idos de 1910, tendo em vista o progresso alcançado pelo povoado, com a mesma denominação, foi elevado a categoria de vila, com sede no 5º Distrito, do Bonito, não se podendo precisar bem a data e o número do ato governamental a respeito.

Com as reiteradas divisões judiciárias do Estado a vila foi incorporada ao município de Lagoa dos Gatos, desconhecendo-se a data até após a evolução de 1930, quando foi incorporado ao Município de Catende, integrando-se como seu segundo Distrito, do qual foi em 1958, integrado ao Distrito de Batataira, com sede na vila do mesmo nome, desincorporado do município de São Joaquim do Monte.

Elevado à categoria de município com a denominação de Belém de Maria, pela Lei Estadual nº 3340, de 31 de dezembro de 1958, desmembrando de Catende e São Joaquim do Norte. Sede do antigo Distrito de Belém de Maria. Constituído de 2 distritos: Belém de Maria e Batateira, desmembrando de São Joaquim, instalado em 03 de maio de 1962.

A comemoração de mais um aniversário de Emancipação Política desse Município é motivo de festa para a cidade e motivo de nosso reconhecimento, por meio do registro desta data nos anais desta Casa de Leis, traduzindo a admiração e respeito pela sua simpática e valorosa população.

Sala das Reuniões, em 6 de maio de 2014.
Clodoaldo Magalhães Deputado
Requerimento N° 3379/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado VOTO DE CONGRATULAÇÕES com a FOCCA – Faculdade de Olinda, pelo transcurso dos seus 42 nos de fundação, a ser comemorado em 23 de maio de 2013.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a sua Diretora-Presidenta, Sra. Maria Antonieta Chiappetta, Coordenadores, Professores, Funcionários e Alunos, todos com endereço à Rua do Bonfim, 37, Carmo, Olinda – PE, CEP 53120-090.

Justificativa
<p>A FOCCA – Faculdade de Olinda é uma instituição privada de Ensino Superior, sem fins lucrativos, e que tem como mantenedora a Associação Olindense Dom Vital de Ensino Superior, têm como Missão contribuir para a satisfação das necessidades de pessoas e organizações, mediante a prestação de serviços educacionais, culturais e sociais com excelência, produzindo e difundindo o conhecimento, de modo a fomentar riqueza para a sociedade.</p> <p>Sempre sintonizada com as questões da atualidade, está em constante aperfeiçoamento para oferecer aos seus alunos tudo que é necessário à formação de um cidadão comprometido com as questões sociais e de um profissional competente que possa encontrar seu espaço no competitivo mercado de trabalho. Para isso conta com uma equipe de professores selecionados dentre os melhores especialistas nas diferentes áreas que compõem o currículo dos cursos que oferecem e, dessa forma, contribui com o desenvolvimento da cidade de Olinda, do nosso Estado e do nosso País.</p> <p>Diante do exposto, parabenizando a FOCCA – Faculdade de Olinda no seu aniversário de 42 anos solicito aos ilustres pares a aprovação deste Requerimento.</p>
Sala das Reuniões, em 7 de maio de 2014.
Clodoaldo Magalhães Deputado

Requerimento N° 3380/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, no dia de hoje, um **Voto de Congratulação** pelo aniversário de **110 anos de criação do município de Buíque, a ser comemorado no dia 26 de maio do corrente ano.**

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor **Jonas Camelo de Almeida Neto**, Prefeito do Município de Buíque, com endereço a Av. Jonas Camelo de Almeida, 17 – Centro – Buíque/PE – CEP: 56520-000; a Excelentíssima Senhora **Miriam Briano Alves**, Vice-Prefeita do Município de Buíque, com endereço a Av. Jonas Camelo de Almeida, 17 – Centro – Buíque/PE – CEP: 56520-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **André de Araújo Bezerra**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Buíque, com endereço a Praça Vigário João Inácio, 43 – Centro – Buíque/PE – CEP: 56520-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Paulo Marques Pacheco**, Câmara Municipal de Vereadores de Buíque, com endereço a Praça Vigário João Inácio, 43 – Centro – Buíque/PE – CEP: 56520-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Rômulo Padilha de Almeida**, Câmara Municipal de Vereadores de Buíque, com endereço a Praça Vigário João Inácio, 43 – Centro – Buíque/PE – CEP: 56520-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Daidson Amorim de Albuquerque**, Câmara Municipal de Vereadores de Buíque, com endereço a Praça Vigário João Inácio, 43 – Centro – Buíque/PE – CEP: 56520-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Damiao Tome da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Buíque, com endereço a Praça Vigário João Inácio, 43 – Centro – Buíque/PE – CEP: 56520-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Agnaldo Avelino da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Buíque, com endereço a Praça Vigário João Inácio, 43 – Centro – Buíque/PE – CEP: 56520-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Vanildo Almeida Cavalcanti**, Câmara Municipal de Vereadores de Buíque, com endereço a Praça Vigário João Inácio, 43 – Centro – Buíque/PE – CEP: 56520-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Melque Bezerra de Albuquerque**, Câmara Municipal de Vereadores de Buíque, com endereço a Praça Vigário João Inácio, 43 – Centro – Buíque/PE – CEP: 56520-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Felix José da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Buíque, com endereço a Praça Vigário João Inácio, 43 – Centro – Buíque/PE – CEP: 56520-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Antônio Anísio de Souza**, Câmara Municipal de Vereadores de Buíque, com endereço a Praça Vigário João Inácio, 43 – Centro – Buíque/PE – CEP: 56520-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Djalma Araújo da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Buíque, com endereço a Praça Vigário João Inácio, 43 – Centro – Buíque/PE – CEP: 56520-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Ernani Peixoto Cavalcanti Neto**, Câmara Municipal de Vereadores de Buíque, com endereço a Praça Vigário João Inácio, 43 – Centro – Buíque/PE – CEP: 56520-000 e a **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buíque**, com endereço à Rua Coronel Cavalcanti, 158 - Centro – Buíque/PE – CEP: 56520-000.

Justificativa
<p>O município de Buíque está localizado no Agreste Meridional, tendo como limites os municípios de Arcoverde, Sertânia, Águas Belas e Tupanatinga e Itaitá.</p> <p>Seu nome deriva do tupi-guarani e significa ninho de cobras.</p> <p>Sua atividade econômica de maior peso é a pecuária e o comércio varejista. Dono de um PIB de aproximadamente 253 milhões de reais, está posicionado 36º no raking estadual.</p> <p>Próximo de completar 110 anos de Emancipação Política vem se desenvolvendo a olhos vistos, representado por taxas das mais significativas, o que lhe garante, a médio prazo, considerável progresso.</p> <p>Buíque, cidade onde o escritor Graciliano Ramos viveu parte da infância, abriga um verdadeiro paraíso selvagem: o Vale do Catimbau, que é o segundo maior parque arqueológico do Brasil e o terceiro sítio arqueológico indígena do País.</p> <p>É um importante patrimônio cultural e natural esculpido pela Natureza há mais de 150 milhões de anos. A região do Vale do Catimbau se estende entre os municípios de Buíque, Tupanatinga, Inajá e Ibimirim, entre o Agreste e o Sertão do Moxotó, tem 90 mil hectares e foi transformado pelo Governo Federal em Unidade de Conservação de Proteção Integral. É o segundo maior parque arqueológico do Brasil, ficando atrás apenas da Serra da Capivara, no Piauí.</p> <p>O Distrito, sob o nome Vila Nova de Buíque, foi criado a 11 de dezembro de 1795. A povoação foi elevada à categoria de vila a 12 de maio de 1854, ainda sob a denominação de Vila Nova de Buíque. Desmembrada do município de Garanhuns, tornou-se município</p>

autônomo a 01 de abril de 1893. Foi elevado à categoria de cidade a 26 de maio de 1904, pela lei estadual nº 669, sob o nome Buíque.

Ante o exposto, é que vimos solicitar dos nossos ilustres pares nesta Assembleia Legislativa a melhor das acolhidas para esta proposição.

Sala das Reuniões, em 6 de maio de 2014.

Ricardo Costa Deputado
Requerimento N° 3381/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais seja formulado um **Voto de Congratulações pelos 127 anos de emancipação política do município Taquaritinga do Norte/PE, que ocorrerá no próximo dia 10 de maio do corrente ano.**

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor **José Evilário de Araújo**, Prefeito do Município de Taquaritinga do Norte, com endereço a Rua Padre Berenguer, s/n – Centro - Taquaritinga do Norte/PE – CEP: 55790-000; ao Excelentíssimo Senhor **Ivanildo Mestre Bezerra**, Vice-Prefeito do Município de Taquaritinga do Norte, com endereço a Rua Padre Berenguer, s/n – Centro - Taquaritinga do Norte/PE – CEP: 55790-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Rogéria Cristina de Carvalho Coelho**, Presidente da Camara Municipal de Vereadores de Taquaritinga do Norte, com endereço a Rua Agamenon Magalhães, 14 – Centro - Taquaritinga do Norte/PE – CEP: 55760-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Jânio Arruda da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Taquaritinga do Norte, com endereço a Rua Agamenon Magalhães, 14 – Centro - Taquaritinga do Norte/PE – CEP: 55760-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Leonilson Pereira da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Taquaritinga do Norte, com endereço a Rua Agamenon Magalhães, 14 – Centro - Taquaritinga do Norte/PE – CEP: 55760-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Luiz Floriano da Silva Junior**, Câmara Municipal de Vereadores de Taquaritinga do Norte, com endereço a Rua Agamenon Magalhães, 14 – Centro - Taquaritinga do Norte/PE – CEP: 55760-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Geovane Pequeno Cezar**, Câmara Municipal de Vereadores de Taquaritinga do Norte, com endereço a Rua Agamenon Magalhães, 14 – Centro - Taquaritinga do Norte/PE – CEP: 55760-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Jose Eraldo Pereira dos Santos**, Câmara Municipal de Vereadores de Taquaritinga do Norte, com endereço a Rua Agamenon Magalhães, 14 – Centro - Taquaritinga do Norte/PE – CEP: 55760-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Edimar Pequeno Cezar**, Câmara Municipal de Vereadores de Taquaritinga do Norte, com endereço a Rua Agamenon Magalhães, 14 – Centro - Taquaritinga do Norte/PE – CEP: 55760-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Jose Gilson Carlos da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Taquaritinga do Norte, com endereço a Rua Agamenon Magalhães, 14 – Centro - Taquaritinga do Norte/PE – CEP: 55760-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Ronaldo Veiga de Oliveira**, Câmara Municipal de Vereadores de Taquaritinga do Norte, com endereço a Rua Agamenon Magalhães, 14 – Centro - Taquaritinga do Norte/PE – CEP: 55760-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Cinthia Delise Gonçalves**, Câmara Municipal de Vereadores de Taquaritinga do Norte, com endereço a Rua Agamenon Magalhães, 14 – Centro - Taquaritinga do Norte/PE – CEP: 55760-000; à **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taquaritinga do Norte**, com endereço à Rua Antonio Torquato Silvino, 204 - Centro - Taquaritinga do Norte/PE – CEP: 55.790-000; à **Direção da Rádio Comunitária Libertação FM**, com endereço à Padre Berengue, s/n – Zona Rural – Taquaritinga do Norte/PE – CEP: 55.790-000 e à **Direção da Rádio Talismã FM**, com endereço à Rua Professor Luiz Carlos, 112 – Centro – Taquaritinga do Norte/PE – CEP: 55.790-000;

Justificativa
<p>O município de Taquaritinga do Norte estará completando 122 anos de Emancipação Política no dia 20 de maio próximo, e para comemorar tão importante efeméride é que estamos encaminhando à Mesa Diretora desta Casa requerimento propondo ao município um Voto de Congratulações.</p> <p>Nos seus primórdios, Taquaritinga do Norte nada mais era do que uma taba de índios, em meados do século XVIII. Hoje, é um dos municípios mais promissores do Agreste Meridional, com bases econômicas definidas, com destaque na agropecuária para as culturas do feijão e da mandioca, tendo tudo para continuar crescendo a taxas bastante animadoras.</p> <p>Com PIB de 105 milhões, ocupa o 70º lugar no ranking estadual. Terra onde são produzidos os melhores licores do estado vem atraindo cada vez mais turistas de todos os cantos do país, que vem degustá-los pelo sabor e pela qualidade que lhes são peculiares.</p> <p>Atualmente, sua população vem crescendo a níveis significativos e a sua força de trabalho vem aumentando ano a ano acenando para um futuro dos mais promissores.</p> <p>Por assim ser, o voto de congratulações que a ele estamos propondo, e que se configura como justo e oportuno, deverá merecer dos nossos ilustres pares nessa Casa Legislativa a melhor das acolhidas, no intuito da sua viabilização no plenário desta casa.</p>
Sala das Reuniões, em 6 de maio de 2014.
Ricardo Costa Deputado

Requerimento N° 3382/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um **Voto de Congratulações ao município de Sertânia – PE, pelos seus 141 anos de Emancipação Política, comemorado dia 24 de maio do corrente.**

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Sertânia, **Gustavo Maciel Lins de Albuquerque**, com endereço à com endereço à Praça João Pereira Vale, 20 – Centro - Sertânia/PE – CEP: 56.600-000; ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito do Município de Sertânia, **Sinval Cavalcanti de Siqueira**, com endereço à com endereço à Praça João Pereira Vale, 20 – Centro - Sertânia/PE – CEP: 56.600-000; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sertânia, Vereador **José Ivan de Lima**, com endereço à Praça João Pereira Vale, s/n – Centro – Sertânia/PE – CEP: 56.600-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Fabiano Tarcísio** ,com endereço à Praça João Pereira Vale, s/n – Centro – Sertânia/PE – CEP: 56.600-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Orestes Neves de Albuquerque**, com endereço à Praça João Pereira Vale, s/n – Centro – Sertânia/PE – CEP: 56.600-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Dorgival Rodrigues dos Santos**, com endereço à Praça João Pereira Vale, s/n – Centro – Sertânia/PE – CEP: 56.600-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Jose Francisco Amaral**,

com endereço à Praça João Pereira Vale, s/n – Centro – Sertânia/PE – CEP: 56.600-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Jose Etelvino Lins de Albuquerque Junior**, com endereço à Praça João Pereira Vale, s/n – Centro – Sertânia/PE – CEP: 56.600-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **José Damião da Silva**, com endereço à Praça João Pereira Vale, s/n – Centro – Sertânia/PE – CEP: 56.600-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Magaly Andrade Galindo de Araujo**, com endereço à Praça João Pereira Vale, s/n – Centro – Sertânia/PE – CEP: 56.600-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Edmundo José Alves**, com endereço à Praça João Pereira Vale, s/n – Centro – Sertânia/PE – CEP: 56.600-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Antonio Monteiro de Almeida**, com endereço à Praça João Pereira Vale, s/n – Centro – Sertânia/PE – CEP: 56.600-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Washington Passos Silva**, com endereço à Praça João Pereira Vale, s/n – Centro – Sertânia/PE – CEP: 56.600-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Antonio Henrique Ferreira dos Santos**, com endereço à Praça João Pereira Vale, s/n – Centro – Sertânia/PE – CEP: 56.600-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Jose Urbano Aleixo Araújo**, com endereço à Praça João Pereira Vale, s/n – Centro – Sertânia/PE – CEP: 56.600-000;

Justificativa
<p>A proposição em pauta tem como finalidade propor à Mesa Diretora desta Casa um Voto de Congratulações, destinado ao município de Sertânia, pelos seus 105 anos de Emancipação Política.</p> <p>Dessa forma, homenageando o município por esta data tão significativa, estamos também homenageando o seu povo e os governantes que vêm capitaneando-o durante todo esse tempo.</p> <p>Sertânia está localizada no Sertão do Moxotó e, primitivamente, se constituía numa grande fazenda de gado pertencente ao Sr. Antão Alves de Souza e sua consorte Dona Catarina Ferreira da Silva.</p> <p>O referido fazendeiro legou uma légua quadrada de terra para ser agregada ao patrimônio da capela de nossa senhora da conceição, padroeira do antigo povoado, que pouco a pouco foi se desenvolvendo até constitui-se no que é hoje.</p> <p>Dono de um PIB em torno de 162 milhões de reais, ocupa o 43º lugar no ranking estadual e que, ano a ano, vem crescendo e creditando-lhe um futuro alvissareiro e desenvolvimentista em bases econômicas consideráveis, com rebatimento positivo para o estado de Pernambuco.</p> <p>Vive do comércio varejista e da agricultura de subsistência, onde se destaca a caprinocultura.</p> <p>Os seus 105 anos de promissora existência serão comemorados no dia 24 de maio do corrente e deverá ser amplamente festivo. Para nos associarmos a tão importante evento é que tomamos a iniciativa de propor à Assembleia Legislativa de Pernambuco, este Voto de Congratulações que ora estamos encaminhando à sua Mesa Diretora.</p> <p>Ante o exposto, é que vimos solicitar dos nossos ilustres pares nesta Assembleia Legislativa a melhor das acolhidas para esta proposição.</p>
Sala das Reuniões, em 6 de maio de 2014.
Ricardo Costa Deputado

Requerimento N° 3383/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado um Voto de Aplauso ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, pela iniciativa de instalar a 37ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, no Município de Caruaru, no Agreste pernambucano.

Da decisão desta Casa Legislativa, dê-se conhecimento ao Presidente do TRF-5ª Região Des. Federal **Francisco Wildo Lacerda Dantas**, ao Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Des. Federal **Edilson Pereira Nobre Junior**, ao Corregedor do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Des. Federal **Francisco Barros Dias**, todos com endereço na Av. Martin Luther King, s/n, Edf. Ministro Djacy Falcão, Bairro do Recife, Recife-PE, CEP: 50030-230; ao Presidente da OAB-PE, **Pedro Henrique B. Reynaldo Alves**, com endereço na rua do Imperador Pedro II, nº 235 - Santo Antônio - Recife/PE, CEP: 50010-240; ao presidente da OAB-PE, Subseccional Caruaru, **Almério Abílio da Silva**, com endereço na rua Cônego Júlio Cabral, 267, Salgado, Caruaru-PE, CEP: 55016-000; aos Dr. **Marcelo de Oliveira Cumaru**, com endereço na rua Laudelino Rocha, 56, Maurício de Nassau, Caruaru-PE, CEP: 55012-690; ao Dr. **Saulo de Tarso Gomes Amazonas**, com endereço na Av. Monte Cassino, 206 – Universitário, Caruaru/PE, CEP: 55.016-410; à Dra. **Margarida Cardoso**, com endereço na rua Dep. Souto Filho, 108 – Maurício de Nassau, Caruaru-PE, CEP: 55.030-220; ao Dr. **Walter Augusto de Andrade**, com endereço na Av. Prof. José Leão, 38 – SL 01 – Maurício de Nassau, Caruaru-PE, CEP: 55.012-070; ao Dr. **Gilberto Santos Júnior**, com endereço na rua Laudelino Rocha, 260 – Maurício de Nassau, Caruaru-PE, CEP: 55.012-690; ao Dr. **Braga Sá**, com endereço na Av. Boa Viagem, 2492, Apt. 601, Edf. Maria Lúcia, Recife-PE, CEP: 51020-000; ao Presidente da FCDL-PE, **Adjar Soares**, com endereço na rua do Riachuelo, 105, 4º andar, Recife-PE, CEP: 50050-913; e aos clubes de serviços de Caruaru.

Justificativa
<p>Foi instalada, no último dia 29 de abril, a 37ª Vara da Justiça Federal em Pernambuco (JFPE), na Subseção Judiciária de Caruaru, no Agreste pernambucano. A iniciativa faz parte do processo de interiorização da Justiça Federal, bem como mostra a grandeza e a pujança da Capital do Agreste.</p> <p>A Vara vem a se somar com as ações executadas pelas 16ª e 24ª Varas, instituídas 2004 e 2005, respectivamente. Compreenderá os municípios de Agrestina, Alinho, Barra de Guabiraba, Belo Jardim, Bezerros, Bonito, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha, Carmocim de São Felix, Caruaru, Casinhas, Cumaru, Cupira, Frei Miguelinho, Gravatá, Jataúba, Jurema, Lagoa dos Gatos, Pannels, Passira, Riacho das Almas, Sairé, Sanharó, Santa Cruz do Capibaribe, Santa Maria do Cambucá, São Caetano, São Joaquim do Monte, Surubim, Tacaimbó, Taquaritinga do Norte, Toritama, Vertente do Lério e Vertentes.</p> <p>A unidade, que receberá 1/3 dos processos em tramitação nas 16ª e 24ª Varas, terá como competência o processamento e julgamento das causas previstas no art. 109 da Constituição Federal, a exemplo daquelas onde haja grave violação de direitos humanos.</p> <p>Portanto, é justo e oportuno que esta Casa Legislativa parabenize os que fazem parte do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, cuja iniciativa certamente dará celeridade às causas que tramitam na região do Agreste pernambucano.</p> <p>Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.</p>
Sala das Reuniões, em 7 de maio de 2014.
Tony Gel Deputado

Requerimento N° 3384/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumprida as formalidades regimentais, que seja encaminhado um Voto de Aplauso a Igreja Evangélica Batista da COHAB, pelos 33 anos de sua fundação, extensivo ao Pastor Erivaldo José Alves, no município do Cabo de Santo Agostinho.

Da decisão desta casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Pastor Erivaldo José Alves, com endereço à Rua 22, nº 26 - CEP: 54590-000, Cabo de Santo Agostinho.

Justificativa
<p> Ao completar 33 anos de fundação, neste 11 de maio de 2014, a Igreja Evangélica Batista da COHAB do Cabo de Santo Agostinho consolida sua missão protagonista de evangelização como uma comunidade de fé voltada para servir aqueles que se encontram necessitados de amor, acolhimento e compreensão.</p> <p>Esta Instituição Religiosa no Cabo de Santo Agostinho tem a frente todo o empenho e dedicação da pessoa do Pastor Erivaldo José Alves, que há vinte e sete anos vem marcando sua atuação como exímio Pastor Evangélico, cujo reconhecimento vai além do segmento dos crentes, sendo ele, um dos precursores das experiências ecumênicas na cidade.</p> <p>Vale ressaltar algumas das várias atividades desta conceituada entidade religiosa, como a abertura de frentes missionárias no Agreste e no Sertão do Estado de Pernambuco. São ações nas cidades de Tuparetama, Manari, Canhotinho e Jericó. Além das cidades da Região Metropolitana – Ipojuca (Distrito de Camela) Escada e com destaque no Cabo de Santo Agostinho — nos bairros de São Francisco, Vila Roca e Garapu.</p> <p>Como de praxe, um aniversariante costuma receber presentes. No caso da IEBC, ela tem se feito presente, ao se tornar um reconhecido centro de acolhimento, com atendimento a comunidade nos aspectos religioso e social, com assistência a 150 famílias com cestas básicas, sopa, pão e leite. Somam-se a estas atividades, os encaminhamentos a médicos, oficinas de música, teatro, dança, treinamento sobre empreendedorismo, assistência preventiva a gravidez na adolescência. A IEBC, por sinal, é referência na defesa irrestrita da defesa da liberdade religiosa e o direito das pessoas expressarem sua fé sem a intervenção de quem quer que seja. Esta Igreja é reconhecida por seu respeito a todas as religiões, enfatizando o diálogo que mantém com os diversos segmentos visando tão somente engrandecer e melhorar a sociedade cabense.</p> <p>Enfatizamos a necessidade de juntamente com o pastor titular, registrar nossas efusivas congratulações aos pastores – Jailson Lopes, Reginaldo Raimundo, Diego Mota, José Severino, Sérgio Marinho, Dário Leite, Antonio Manoel, Edson Azevedo, Manoel Júnior, Pedro Lins. Faz-se necessário estender aplausos para o exército de colaboradores das pastorais dos homens, das mulheres, dos adolescentes, das crianças. Músicos, educadores, assistentes sociais, técnicos e especialistas e outros voluntários que estão sempre apostos.</p>
Sala das Reuniões, em 7 de maio de 2014.
Betinho Gomes Deputado

Requerimento N° 3385/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja discutido e votado em Regime de Urgência o Projeto de Lei Ordinária nº 1985/2014 de autoria do Deputado Betinho Gomes que institui o Programa Paz nos Estádios; prescreve medidas de controle social, de caráter preventivo disciplinar, formativo e educativo, na pacificação dos conflitos praticados pelo torcedor e pelas torcidas organizadas nos estádios de futebol; cria regras e incentivos junto à Rede de Proteção e Defesa do Torcedor; estabelece normas programáticas e curriculares para rede de ensino estadual e municipal, visando o desenvolvimento da Cultura de Paz nos Esportes no estado de Pernambuco e dá outras providências.

Justificativa
<p>Oral.</p> <p>Sala das Reuniões, em 7 de maio de 2014.</p>
Betinho Gomes Deputado
<p>Aglailson Júnior, Alberto Feitosa, André Campos, Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Claudiano Martins Filho, Clodoaldo Magalhães, Daniel Coelho, Francismar Pontes, Laura Gomes, Leonardo Dias, Mary Gouveia, Mavieal Cavalcanti, Ramos, Raquel Lyra, Sílvio Costa Filho, Terezinha Nunes, Tony Gel, Vinicius Labanca, Waldemar Borges.</p>
Justificativa
<p>Oral.</p> <p>Sala das Reuniões, em 7 de maio de 2014.</p>
Betinho Gomes Deputado

Justificativa
<p>Aglailson Júnior, Alberto Feitosa, André Campos, Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Claudiano Martins Filho, Clodoaldo Magalhães, Daniel Coelho, Francismar Pontes, Laura Gomes, Leonardo Dias, Mary Gouveia, Mavieal Cavalcanti, Ramos, Raquel Lyra, Sílvio Costa Filho, Terezinha Nunes, Tony Gel, Vinicius Labanca, Waldemar Borges.</p>

Portaria

PORTARIA N.º 606/14

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no **Ofício nº050/2014, do Deputado Botafogo Filho, RESOLVE:** alterar a gratificação de representação de 59,90% (cinquenta e nove vírgula noventa por cento) para 0,03% (zero vírgula zero três por cento), no cargo em comissão de Chefe de Gabinete, Símbolo PL-CGC, da servidora **JEIELI DA COSTA SILVA SANTOS**, a partir do dia 07 de maio do corrente ano, nos termos da Lei nº11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.ºs 12.347/03, 13.185/07 e 15.161/13.

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco Em, 07 de maio de 2014.
Deputado JOÃO FERNANDO COUTINHO Primeiro Secretário